

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL, SENADOR DAVI ALCOLUMBRE.**

No sistema presidencialista de governo, deve competir ao Judiciário a defesa da Constituição e do próprio princípio da separação dos poderes.¹ (Ruy Barbosa)

RUBENS ALBERTO GATTI NUNES, brasileiro, solteiro, advogado, coordenador nacional do Movimento Brasil Livre – MBL, regularmente inscrito na OAB/SP sob o n.º 306.540, portador da cédula de identidade RG n.º 35.159.137-0, inscrito no CPF/MF sob o n.º 369.073.308-14, com endereço comercial sito à Rua da União, 130, Vila Mariana, na cidade de São Paulo com supedâneo no artigo 52, II da Constituição Federal c.c. artigo 39, IV e V da Lei 1.079/1950,

REPRESENTAR

o Senhor Doutor Ministro do Supremo Tribunal Federal, **José Antonio Dias Toffoli (DIAS TOFFOLI)**, com endereço comercial sito à Praça dos Três Poderes, Brasília, Distrito Federal, CEP 70175-900, consoante assertivas fáticas e legais abaixo aduzidas.

I – ESCLARECIMENTO PREAMBULAR

Em que pese à relevância dos serviços prestados pelo Supremo Tribunal Federal, sua atuação, como guardião constitucional não possui condão de sobrepor à consagrada separação de poderes, tampouco agir de modo incoerente, atacando de forma mendaz os precedentes próprios e da corte de acordo com a conveniência do momento e pior, utilizando-se das prerrogativas funcionais

¹ BARBOSA, Ruy. *Collectanea Jurídica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928, p. 165.



para colocar em risco direitos e garantias individuais, atentando contra a segurança e o ordenamento jurídico.

Infelizmente o histórico do Representado enquanto do exercício de suas atribuições perante a mais alta corte brasileira apontam condutas pouco ortodoxas, conforme passamos à expor.

Em decisão unilateral exarada no último dia 25 de outubro, o Representado fez cova rasa dos preceitos básicos do ordenamento jurídico, agindo *ex officio* e, de maneira não individualizada, ao intimar o Banco Central que lhe oferecesse cópias de todos os relatórios de inteligência financeira do antigo COAF nos últimos 3 (três) anos. Em síntese, o representado tomou de assalto informações confidenciais de mais 600 mil pessoas – 412.500 (quatrocentas e doze mil e quinhentas) físicas e, 186.200 (cento e oitenta e seis mil e duzentas) jurídicas.

Notadamente inexiste qualquer processo ou investigação sobre tão vultosa quantia de pessoas, sendo patente o abuso de autoridade perpetrado pelo Representado, que atenta mortalmente contra os valores e princípios do Direito, razão pela qual urge a presente representação.

Há que se destacar que a aberração jurídica constante em tal ofício é tamanha que o Procurador Geral da República apresentou petição solicitando reconsideração da decisão que lhe dava acesso aos referidos dados sigilosos. Entretanto, o Representado manteve sua sanha arbitrária negando o pedido apresentado.

Deste modo, ante o ululante abuso de autoridade, conduta arbitrária e desrespeito aos princípios básicos do Direito, urge a presente representação.

II – DO FATO TÍPICO

Assevera o artigo 39, III e IV da Lei 1.079/1950:

Art. 39. São crimes de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal:

1- altera, por qualquer forma, exceto por via de recurso, a decisão ou voto já proferido em sessão do Tribunal;



(...)

4 - ser *patentemente desidioso no cumprimento dos deveres do cargo;*

5 - proceder de modo *incompatível com a honra dignidade e decôro de suas funções.*

Não obstante, é a inteligência do artigo 33, da Lei de Abuso de Autoridade:

Art. 33. Exigir informação ou cumprimento de obrigação, inclusive o dever de fazer ou de não fazer, sem expresso amparo legal:

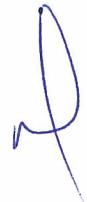
Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Pois bem, como é de conhecimento público e notório, o Representado requereu mediante ofício endereçado ao banco central dados sigilos de 600.000 (seiscentos mil) cidadãos.

Ora, inexiste fundamento capaz de embasar tamanha atrocidade legal. Trata-se, por certo, de um atentado sorrateiro contra os direitos individuais do cidadão, não podendo o poder judiciário quedar-se inerte ante a tamanho acinte protagonizado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Tamanhas são as maculas à legislação que a própria OCDE já se manifestou:

O Grupo de Trabalho tem continuamente alertado o Brasil, desde 2016, sobre os riscos colocados pelas tentativas de ampliar a definição sobre o que constituiria abuso de autoridade por parte de juízes e promotores. Apesar dessas advertências, uma Lei sobre abuso de autoridade (13. 869/2019), caracterizada por conceitos vagos, entrará em vigor em janeiro de 2020. O Grupo de Trabalho também manifestou preocupações de que, na sequência de decisões liminares do Supremo Tribunal, as limitações à



utilização de relatórios da Unidade de Inteligência Financeira, da Receita Federal e de outros órgãos administrativos em investigações criminais possam prejudicar seriamente a capacidade do Brasil em detectar e combater de maneira eficaz a corrupção. Isso, combinado a outras ações do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União que possam afetar os casos já concluídos de corrupção de funcionários públicos estrangeiros, pode constituir um sério retrocesso na exemplar luta brasileira contra a corrupção.²

Nota-se que da própria decisão exarada pelo Representado nos autos da reconsideração perseguida pelo i.Parquet, o Ministro demonstrou torpeza e pouca preocupação com os dados ali constantes:

Não obstante, à luz das relevantes preocupações demonstradas pelo Procurador-Geral da República com a segurança das informações disseminadas – reitero eu, disseminadas pela própria UIF - através dos relatórios de inteligência, inclusive em relação aos detentores de foro por prerrogativa de função e aqueles politicamente expostos, e pelo fato de que, até o momento, não se tem nos autos de forma clara informações sobre os destinatários dos RIFs disseminados para as autoridades competentes (...);

Bise-se que os tribunais superiores entendem pela necessidade de especificidade dos atos, razão pela qual é impossível a expedição de mandado de busca e apreensão coletivo para incursão de policiais em comunidades. Analogamente impera-se o mesmo raciocínio contra a bizarra decisão do Representado que determinou a quebra de sigilo bancário/financeiro de mais de meio milhão de pessoas indeterminadas (STJ, HC 435.934).

Neste sentido, é o que diz o código de ritos penais:

Art. 243, do CPP - O mandado de busca deverá: I - indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o

² <https://www.oecd.org/brazil/brazil-must-immediately-end-threats-to-independence-and-capacity-of-law-enforcement-to-fight-corruption.htm>

nome do respectivo proprietário ou morador; ou, no caso de busca pessoal, o nome da pessoa que terá de sofrê-la ou os sinais que a identifiquem;

II - mencionar o motivo e os fins da diligência;

III - ser subscrito pelo escrivão e assinado pela autoridade que o fizer expedir.

Tal requerimento é completamente abusivo, consistindo em ato de ofício requerido sem qualquer base legal pelo representado, consistindo em notória ofensa legal.

Sobremaneira, há vedação aos Tribunais superiores quanto a análise de provas, razão pela qual mesmo que fosse lícita a decisão exarada – fato meramente hipotético – a decisão não haveria razão de existir, por ser realizada em tribunal incompetente para tal exame, conforme já exposto na sumula 279 do próprio STF, que assim expõe:

Súmula 279: Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.

Outrossim, são garantias individuais expressas por nossa Constituição Federal (a qual o Representado deveria atuar como guardião, não algoz):

Artigo 5º, X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

Bise-se que o abuso de autoridade é notório, bem como o incurso na conduta prevista no artigo 4º da Lei 4.898/1965:

Art. 4º Constitui também abuso de autoridade:



a) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder;

Não fosse o bastante, citada decisão atentou mortalmente contra as garantias previstas no artigo 11, item 2, do Pacto de São José da Costa Rica e, no artigo 25 do citado tratado:

Artigo 11. Proteção da honra e da dignidade

1. Toda pessoa tem direito ao respeito de sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade.

2. Ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, na de sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação.

3. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais ingerências ou tais ofensas.

Artigo 25. Proteção judicial

1. Toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes, que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela constituição, pela lei ou pela presente Convenção, mesmo quando tal violação seja cometida por pessoas que estejam atuando no exercício de suas funções oficiais.

O Representado vilipendiou os Direitos e Garantias Individuais de mais de meio milhão de brasileiros com um único despacho – inexiste na história jurídica brasileira sequer indício de ato abusivo maior que o presente.

Há que se destacar, a título de exemplo e contextualização, que a prática de condutas abusivas por parte do Representado têm sido rotineiras, como se viu na infeliz ocasião em que determinou, *ex officio*, a abertura de inquérito 4.781, para apurar responsabilidade sobre notícias fraudulentas (*fake*



news), denúncias caluniosas, ameaças e infrações que atingem a honorabilidade e a segurança da Suprema Corte.³

Na oportunidade a própria Procuradoria Geral da República viu a notória inconstitucionalidade. “Para Raquel Dodge, a portaria e o inquérito violam princípios constitucionais da separação de poderes e do juiz natural, além do sistema penal acusatório. Segundo ela, os fins não justificam os meios e há limites constitucionais que não podem e não devem ser transpostos pelos órgãos, pelos agentes ou pelas instituições do Estado. “Os órgãos do Poder Público, quando investigam, processam ou julgam, não estão exonerados do dever de respeitar os estritos limites da lei e da Constituição, por mais graves que sejam os fatos cuja prática tenha motivado a instauração do procedimento estatal”.⁴

O Inquérito arbitrariamente aberto impôs ofensa gravíssima ao exposto no art. 102, I, B, da constituição haja vista que trouxe investigação genérica à indivíduos não sujeitos à jurisdição da Corte e usurpou competência nos termos do artigo 60, §4º, III da CF, pois não compete ao STF conduzir investigações criminais.

Se não fosse o bastante, a designação de Ministro específico, qual seja, Alexandre de Moraes, de acordo com a vontade do Representado, para conduzir o inquérito em comentou ainda violou o princípio da imparcialidade e demonstra a criação, pela Presidência do STF, de um verdadeiro “tribunal de exceção”, ou seja de uma estrutura voltada contra quem se adequar ao que o inquisidor entender como ofensa à honorabilidade da Corte Suprema e seus integrantes, independentemente dos fatos.

Como afirma Bruno Bodart, “a inquisitorialidade está ligada a regimes de exceção, como se pode divisar desde o Egito antigo, passando pela cognitio extra ordinem do Império Romano, até os Tribunais da Inquisição medievais. A escusa é sempre a mesma - permitir a manutenção da segurança pública e impedir a subversão da ordem instituída, o que acarretaria a fragilização do Estado frente a uma pretensa ameaça (que nunca se sabe ao certo explicar qual é). Cada pessoa abdicaria (ou seria forçada a tanto) de seus direitos em

³ <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-reitera-inconstitucionalidade-de-inquerito-aberto-de-oficio-pelo-stf-para-apurar-ameacas-a-corte>

⁴ Ob. Cit. 2



*prol do atingimento dos interesses sociais, que na realidade se cingem aos interesses dos que governam*⁵

Mas os abusos perpetrados pelo Representado não param por ai. Em recente decisão ficou patente o abuso de autoridade e interferência em competência do legislativo através da decisão abaixo:

Ante o exposto, defiro o pedido incidental formulado (Petição/STF nº 3361/19) para assegurar a observância do art. 60, caput, do RISF, de modo que as eleições para os membros da Mesa Diretora do Senado Federal sejam realizadas por escrutínio secreto.

Por conseguinte, declaro a nulidade do processo de votação da questão de ordem submetida ao Plenário pelo Senador da República Davi Alcolumbre, a respeito da forma de votação para os cargos da Mesa Diretora

Tal decisão teve por finalidade exclusiva anular ato interno do Senado Federal, sobrepujando a soberania do plenário e, principalmente o princípio da separação de poderes para atender os interesses do peticionário que claramente se valia da votação fechada como forma se viabilizar a candidatura do Senador Renan Calheiros à Presidência da Casa.

Curiosamente a decisão em comento contradiz a própria decisão do Representado proferida nos autos de n.º 5.272, onde sustentado pela solidez da separação de poderes, revogou a liminar concedida pelo Min. Marco Aurélio Mello que determinava a votação aberta para eleição do Presidente do Senado.

E mais, foram as palavras do Representado nos autos do MS 36.228, impetrado pelo Deputado Federal Kim Kataguiri contra a Presidência da Câmara versando justamente sobre a votação daquela casa:

"matérias respeitantes aos atos de organização das Casas Legislativas ou que respeitassem apenas à interpretação do

⁵ BODART, Bruno Vinícius Da Rós. Inquérito Policial, Democracia e Constituição: Modificando Paradigmas. Revista eletrônica de direito processual, v. 3, p. 125-136, 2009.



regimento interno de qualquer daquelas casas continuaram sendo abordadas por esta Corte como matéria interna corporis e, desse modo, impassíveis de apreciação pelo Poder Judiciário, sob pena de violação à Separação dos Poderes."

Curiosamente, foram as palavras do próprio Representado em sua abjeta decisão:

De outro modo, as matérias relacionadas aos atos de organização das Casas Legislativas ou que respeitassem apenas à interpretação do regimento interno de qualquer daquelas casas continuaram sendo abordadas por esta Corte como matéria interna corporis e, assim, não sindicáveis pelo Poder Judiciário, sob pena de violação à Separação dos Poderes.

Vê-se claramente que o Representado protagonizou um verdadeiro malabarismo jurídico para justificar o injustificável, apunhalando os precedentes da corte e os próprios princípios constitucionais para interferir em ato interno do Poder Legislativo.

E mais risível é a continuidade, onde o Representado traz à decisão jurisprudências contrárias à atrocidade jurídica que estava a cometer:

"(...) 3. In casu, a despeito de o impetrante invocar o art. 58, caput, da CRFB/1988, para amparar seu direito líquido e certo, o ato coator está baseado na interpretação dos arts. 33, §§ 1º e 2º, e 34, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que só deve encontrar solução no âmbito do Poder Legislativo, não ficando sujeito à apreciação do Poder Judiciário. 4. Agravo interno a que se NEGA PROVIMENTO." (MS 35581/DF-AgR, Relator o Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, DJe de 22/6/18)

"..."

A submissão das questões de índole regimental ao poder de supervisão jurisdicional dos Tribunais implicaria, em última análise, caso admitida, a inaceitável nulificação do próprio Poder Legislativo, especialmente em matérias em que não se verifica evidência de que o comportamento impugnado tenha efetivamente vulnerado o texto da Constituição da



República. Precedentes. (MS 33705/DF-AgR, Relator(a): Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe de 29/03/16.

Destaque notório para o reconhecimento do próprio Ministro quanto aos precedentes da Corte quanto a separação de poderes e não interferência em ato interno.

O que salta aos olhos, além é claro da própria insensatez da *decisum*, é a celeridade e presteza do Representado para proferir decisão liminar às 3 horas da madruga do sábado, dia 02, em petição elaborada no cair da noite da sexta feira, dia 01.

A postura pitoresca do Representado tomou conta do noticiário brasileiro, conforme abaixo:

<https://www.oantagonista.com.brasil/urgente-toffoli-anula-votacao-no-senado-eleicao-sera-secreta/>

Dispensadas maiores delongas a respeito do que teria motivado a prolação da citada decisão, salienta-se contrária ao ordenamento jurídico, o representado descumpriu frontalmente preceitos basilares, incorrendo, *data máxima vénia*, em patente crime de abuso de autoridade.

A priori denota-se a atuação de forma negligente ao emitir a decisão ora encartada, atropelando os precedentes do próprio STF, inclusive de decisões próprias e recentes, além da própria Constituição Federal, o que faz prova cabal de sua desídia.

No mais, a postura apunhala mortalmente a honradez que é esperada do cargo, haja vista que a motivação obscura do *decisum*, claramente contrária aos precedentes e princípios basilares do ordenamento jurídico, faz prova irrefutável da conduta incompatível com a dignidade e o decoro do cargo, além e, especialmente, de incorrer em crime de abuso de autoridade.

III – DO CABIMENTO DA PRESENTE REPRESENTAÇÃO



Estabelece a Lei 1.079/50 em seu artigo 2º:

Art. 2º Os crimes definidos nesta lei, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis da pena de perda do cargo, com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, **imposta pelo Senado Federal nos processos contra o Presidente da República ou Ministros de Estado, contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra o Procurador Geral da República.**

Neste sentido, é o entendimento de nossa Constituição Federal:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

II - processar e julgar os **Ministros do Supremo Tribunal Federal**, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

E, como já dito anteriormente, nossa Constituição Federal estabelece como crimes de responsabilidade realizados pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal:

Art 39. São crimes de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal:

1- altera, por qualquer forma, exceto por via de recurso, a decisão ou voto já proferido em sessão do Tribunal;



2 - proferir julgamento, quando, por lei, seja suspeito na causa;

3 - exercer atividade político-partidária;

4 - ser patentemente desidioso no cumprimento dos deveres do cargo;

5 - proceder de modo incompatível com a honra dignidade e decoro de suas funções

Como exposto, o Representado indiscutivelmente incorreu nas condutas expressas nos itens 1, 4 e 5, razão pela qual é inquestionável a necessidade do presente.

IV - DESÍDIA E ATO CONTRÁRIO A DIGNIDADE DO CARGO

Por desídia, é a semântica do vernáculo⁶:

1. Ausência de força ou de estímulo para agir. = INDOLÊNCIA, PREGUIÇA
2. Falta de cuidado ou de atenção. = DESLEIXO, INCÚRIA, NEGLIGÊNCIA
3. Frouxidão na ação.

Partindo de tal premissa, por incúria temos a semântica.⁷

Falta de cuidado; desleixo; falta de aplicação.

⁶ "desídia", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/des%C3%ADdia> [consultado em 05-04-2016].

⁷ "incúria", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/incuria> [consultado em 05-04-2016].



E, quanto à negligência⁸:

1. Qualidade de negligente.
2. Incúria, falta de diligência, desleixo.
3. Falta de atenções, menosprezo.

Desta feita, o Representado ao agir de forma indubitavelmente desidiosa, incorreu em crime de responsabilidade nos termos do artigo 39, 4, da Lei 1079/50.

Outrossim, da citada *decisum* extrai-se o evidente abuso de poder por parte do Representado que, serviu-se de suas funções constitucionais como Ministro do Supremo Tribunal Federal, para sobrepor o ordenamento jurídico, direitos e garantias individuais, emitindo decisão confusa e desconexa (doc. Anexo) de acordo com sua própria conveniência.

Por decoro entende-se *comportamento decente, com excesso de pudor. Dignidade; respeito às normas morais(...). Compostura; forma correta de se portar; ação correta. Moralidade; maneira de agir ou de falar que denota pudor, resguardo.*⁹

Notadamente a decisão proferida pelo Representado quebrou o decoro mínimo a ser tutelado pelas funções oriundas de suas atividades, haja vista que utilizar-se do Poder que lhe é investido pelas atribuições de Ministro do Supremo Tribunal Federal para achacar o interferir em direitos e garantias individuais ao requerer dados sigilosos obtidos pelo antigo COAF em decisão temerária.

⁸ "negligência", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/neqlig%C3%A3ncia> [consultado em 05-04-2016].

⁹ <http://www.dicio.com.br/decoro/> [consultado em 06-04-2016]



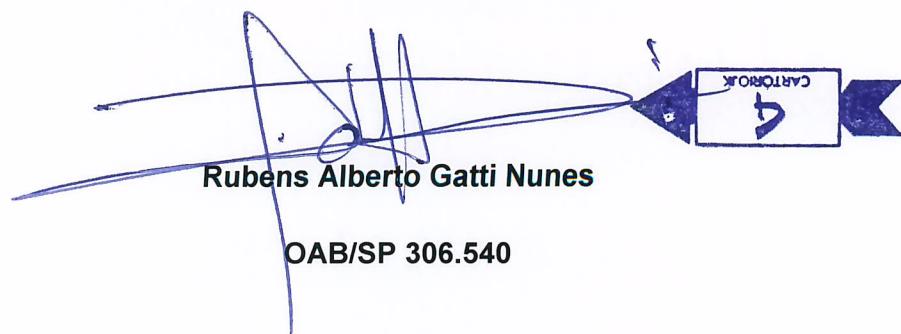
A quebra de decoro oriunda da citada decisão é inquestionável, e tipificada como crime de responsabilidade na forma do artigo 39, V da Lei 1.079/50, nos moldes do texto legal retro exposto.

Posto isto, ante os fatos típicos e ilícitos retro, pautados ainda na documentação acostada requer:

- a) Seja a presente representação recebida, autuada e processada, determinando a instauração especial para o necessário impedimento, a fim de que seja admitida a acusação contra o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli até o final julgamento pelo Senado Federal do Brasil, na forma estabelecida pelo artigo 52, II da Constituição Federal e demais disposições regimentais.
- b) Que o Senado Federal, na forma legal, declare o Representado impedido, sendo imediatamente afastado de suas funções como Ministro do Supremo Tribunal Federal, como forma e, principalmente, para aplicar todas as penalidades legais cabíveis e possíveis.
- c) A remessa de cópia da presente à PGR para que apure eventual conduta criminal prevista no art. 319 do CP pelo Representado.
- d) Que todas as notificações e intimações sejam efetuadas em nome de **Rubens Alberto Gatti Nunes**, advogado, inscrito na OAB/SP sob o n.º 306.540, com escritório na Rua da União, 137, Vila Mariana, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

Termos em que pede deferimento,

De São Paulo para Brasília-DF, 19 de novembro de 2019.



Rubens Alberto Gatti Nunes
OAB/SP 306.540



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **RUBENS ALBERTO GATTI NUNES**

Inscrição: **3330 7092 0159** Zona: 345 Seção: 0121

Município: 72370 - VINHEDO UF: SP

Data de nascimento: 02/06/1988 Domicílio desde: 29/04/2004

Filiação: - INES GATTI NUNES
- RUBENS DONIZETI NUNES

Certidão emitida às 17:40 em 02/05/2019

Res.-TSE nº 21.823/2004:

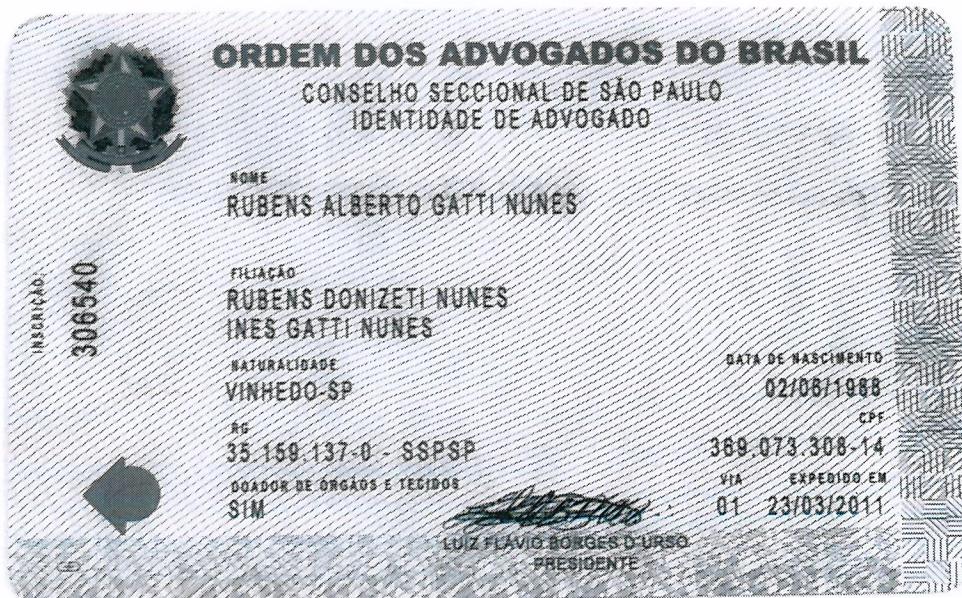
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

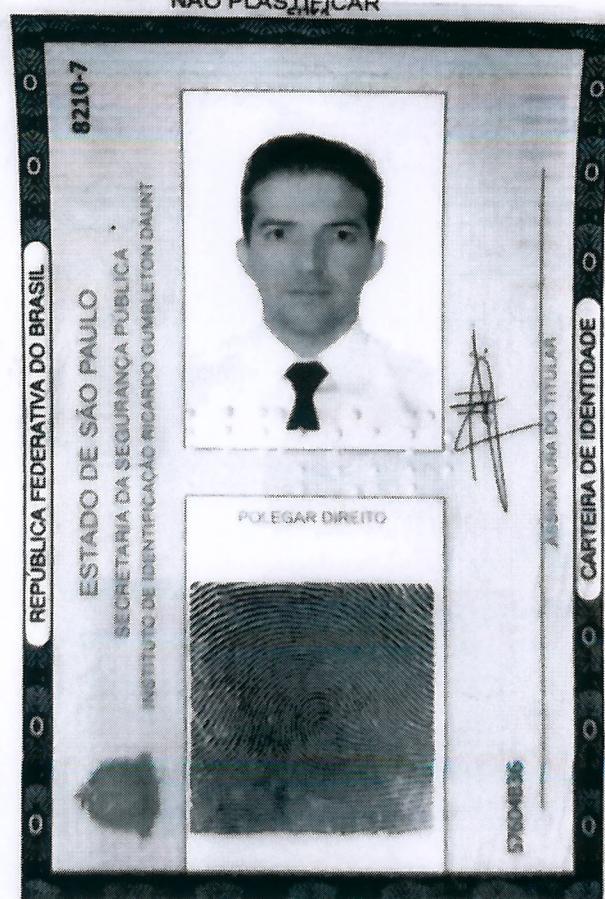
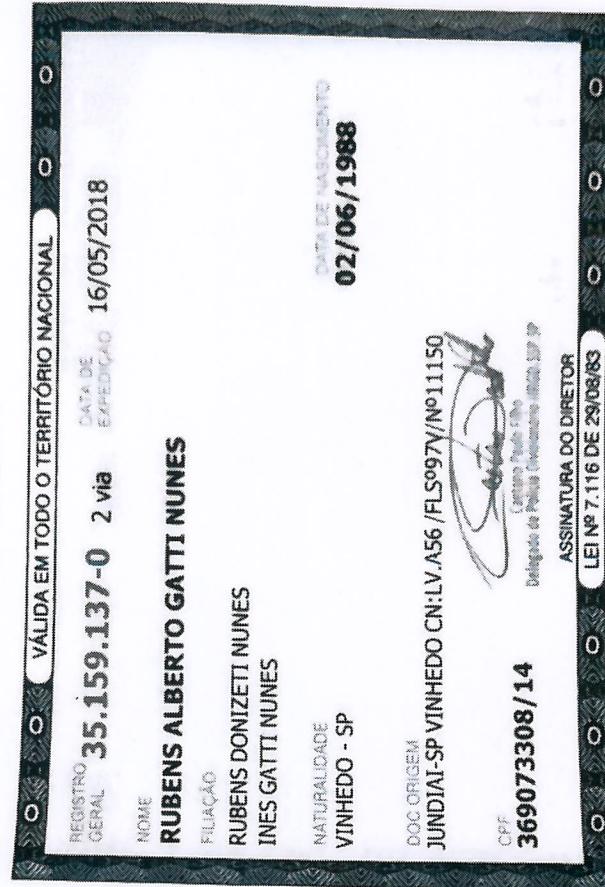


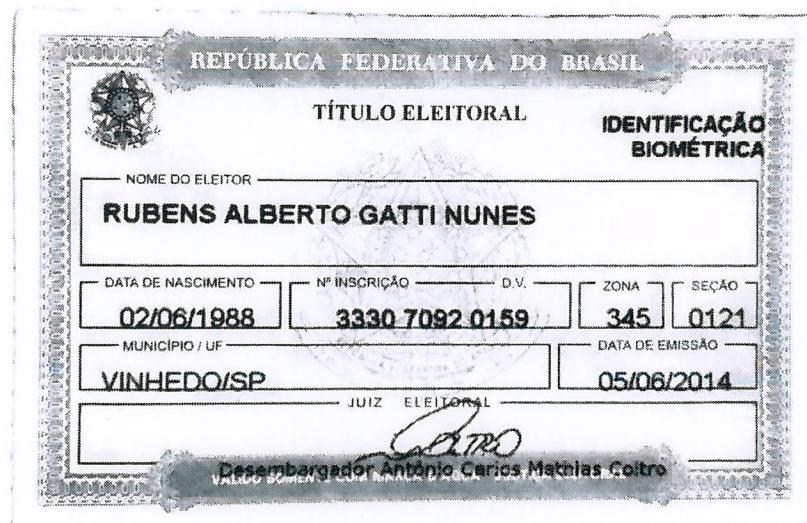
Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

WZMO.+ZWJ.DYGS.V/N5











MINISTÉRIO DA DEFESA
CERTIFICADO DE DISPENSA
DE INCORPORAÇÃO
14º CSM

RA 141682195591

RUBENS ALBERTO GATTI NUNES

EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE
Emissão: Vinhedo , SP, 16/mar/2006

FILIAÇÃO

PAI **RUBENS DONIZETI NUNES**

MÃE **INES GATTI NUNES**

DATA NASC.

02/06/88

NATURALIDADE

VINHEDO-SP

Dispensado do Serviço Militar inicial em **17 de abril de 2006**.
por residir em município não tributário

Cmt/Ch ou Dirl

IVAN SOUZA PIERRE - 2. TEN
Delegado de Serviço Militar da 4º Del Sv Mil/14º CSM

Conta Mensal de Serviços de Água e/ ou Esgotos
 C.N.P.J 43.776.517/0001-80
 companhia de saneamento básico do estado de são paulo - sabesp

RGI

08970852/05

End.: R Alvaro De Carvalho, 00341 APTO 603 A
 São Paulo/SP CEP: 01050070
 Cliente: Rubens Alberto Gatti Nunes
 Cod. Sabesp: 18.006.008.0020.0415.0000.0043
 Economias: 1 Res + 0 Com + 0 Ind + 0 Pub
 Tipo de Faturamento: Comum

No da Conta
 1475089708521

GR CR
 18

Mes de Referencia
 JULHO/19

Folha 1 de 1

Código do Cliente 0010550589

Tipo de Ligação Água e Esgoto
 Hidrômetro 1606140001

Ligação de Unidade Autônoma Sabesp					
Apresentação	Data	Leratura	Consumo	Histórico do Consumo de Água	
Leratura Atual	07/08/19	300	m³ 10	6	6
Leratura Anterior	08/07/19	290		6	4
Próxima Leratura	06/09/19			5	5
Período de Consumo: 30 dias					
Condição de Leratura: LEITURA NORMAL					
Media: 5 Ajuste: 1.000					

Calculo do Valor da Conta Residencial Por Economia

Faixa Consumo (m³)	Consumo(m³) por Economia	Água		Esgoto	
		Tarifa(R\$)	Valor(R\$)	Tarifa(R\$)	Valor(R\$)
Ate 10	Minimo	26,18	26,18	26,18	26,18
11 A 20		4,10		4,10	
21 A 30		10,23		10,23	
31 A 50		10,23		10,23	
Acima de 50		11,27		11,27	
		26,18		26,18	

$$\text{VI Água} (\text{Água} \times \text{Ft. de Ajust.} \times \text{Econ}) = 26,18 \times 1.00000000 \times 1 = 26,18$$

$$\text{VI Esgoto} (\text{Esgoto} \times \text{Ft. de Ajust.} \times \text{Econ}) = 26,18 \times 1.00000000 \times 1 = 26,18$$

$$\text{Total Residencial} (\text{VI Água} + \text{VI Esgoto}) = 52,36$$

Total Residencial (VI Água + VI Esgoto) =

Discriminação do Faturamento

Item	Valor (R\$)	Total a Pagar: Vencimento:	R\$ *****52,62 19/08/19
Agua	26,18		
Esgoto	26,18		
Tx Regulação - TRCF	0,26		

No caso de pagamento em atraso
 Sera acrescido de multa de 2%, mais atualização monetária com base na variação do IPCA/IBGE do mês anterior, mais juros de mora de 0,033% ao dia. A conta não paga ate a data de vencimento sujeita o imóvel ao corte do fornecimento de água.

*****52,62
19/08/19

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.055.941 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
RECTE.(S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
RECDO.(A/S)	: H.C.H.
RECDO.(A/S)	: T.J.H.
ADV.(A/S)	: ROBERTO ANTONIO AMADOR
AM. CURIAE.	: INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS - IBCCRIM
PROC.(A/S)(ES)	: MAURÍCIO STEGEMANN DIETER

DESPACHO:

Vistos.

Ouça-se a Procuradoria-Geral da República a respeito dos pedidos de extensão e demais requerimentos incidentais apresentados após a decisão mediante a qual determinei, nos termos do art. 1.035, § 5º, do CPC, a suspensão do processamento dos processos judiciais, inquéritos e PIC's em andamento, instaurados a partir do compartilhamento de dados detalhados pelos órgãos de fiscalização e controle (Fisco, COAF e BACEN), sem prévia autorização judicial, e que vão além da identificação dos titulares das operações bancárias e dos montantes globais, consoante decidido pela Corte (*v.g. ADI's nsº 2.386, 2.390, 2.397 e 2.859, Plenário, todas de minha relatoria, julg. 24/2/16, DJe 21/10/16*).

Determino à Secretaria Judiciária, ainda, que oficie:

1) ao Banco Central do Brasil para que encaminhe à Corte, **em 5 (cinco) dias**, cópia dos Relatórios de Inteligência Financeira (RIF), expedidos nos últimos 3 (três) anos pela Unidade de Inteligência Financeira (antigo COAF), devendo prestar, ainda, as seguintes informações:

1.1) quais os RIF's foram elaborados a partir de análise iniciada internamente (de ofício) e quais foram os critérios e fundamentos legais para tanto, adotados antes e após a decisão do Tribunal Pleno nas ADI's nºs 2.390, 2.386, 2.397 e 2.589, pela

constitucionalidade da Lei Complementar nº 105/2001;

1.2) quais os RIF's foram elaborados a partir de análise iniciada por provocação de outros órgãos públicos e quais foram os critérios e fundamentos legais para tanto, adotados antes e após a decisão do Tribunal Pleno nas ADI's nºs 2.390, 2.386, 2.397 e 2.589, pela constitucionalidade da Lei Complementar nº 105/2001;

1.3) quais os meios e/ou plataformas pelas quais os RIF's e os requerimentos recebidos tramitam (ex. papel, e-mail, sistema digital – se for o caso, especificar qual o sistema e o modo de funcionamento).

2) ao Ministério da Economia para que encaminhe à Corte, **em 5 (cinco) dias**, cópia das Representações Fiscais para Fins Penais (RFFP), **expedidas nos últimos 3 (três) anos** pela Receita Federal do Brasil, devendo prestar, ainda, as seguintes informações:

2.1) quais os RFFP's foram elaborados a partir de análise iniciada internamente e quais foram os critérios e fundamentos legais para tanto, adotados antes e após a decisão do Tribunal Pleno nas ADI's nºs 2.390, 2.386, 2.397 e 2.589, pela constitucionalidade da Lei Complementar nº 105/2001;

2.2) quais os RFFP's foram elaborados a partir de análise iniciada por provocação de outros órgãos públicos e quais foram os critérios e fundamentos legais para tanto, adotados antes e após a decisão do Tribunal Pleno nas ADI's nºs 2.390, 2.386, 2.397 e 2.589, pela constitucionalidade da Lei Complementar nº 105/2001;

2.3) quais os meios e/ou plataformas pelas quais os RFFP's e os requerimentos recebidos tramitam (ex. papel, e-mail, sistema digital – se for o caso, especificar qual o sistema).

Devem os respectivos órgãos informarem a **base legal invocada** para justificar os dados e as informações contidas nos relatórios (RIF e RFFP), inclusive quais **dados e documentos são anexados aos respectivos relatórios**, além do parâmetro de detalhamento das informações que

RE 1055941 / SP

foram eventualmente compartilhadas sem autorização judicial.

Intimem-se.

Brasília, 25 de outubro de 2019.

Ministro DIAS TOFFOLI

Relator

Documento assinado digitalmente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.055.941 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
RECTE.(S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
RECDO.(A/S)	: H.C.H.
RECDO.(A/S)	: T.J.H.
ADV.(A/S)	: ROBERTO ANTONIO AMADOR
AM. CURIAE.	: INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS - IBCCRIM
PROC.(A/S)(ES)	: MAURÍCIO STEGEMANN DIETER

DECISÃO:

Vistos.

Por intermédio de petição protocolada na Corte nesta data, a Procuradoria-Geral da República pleiteia a reconsideração de decisão, mediante a qual foram solicitadas informações à Receita Federal do Brasil (RFB) e à Unidade de Inteligência Financeira (UIF), no intuito de melhor instruir este recurso para julgamento plenário, designado para o dia 20 (vinte) de novembro próximo.

Contudo, as consideráveis ponderações apresentadas pelo **Parquet** não têm o condão de justificar a reconsideração do pedido de informações em questão.

Explico!

No que concerne as informações emanadas da Receita Federal do Brasil, destaco que os documentos solicitados **já foram disponibilizados, em forma de representações fiscais para fins penais (RFFP), a todo o Sistema de Justiça brasileiro para adoção de medidas cabíveis**, ou seja, à **Autoridade Policial, ao Ministério Público e ao próprio Poder Judiciário**.

Portanto, ao assim proceder, prestando essas informações à Corte, a Receita Federal do Brasil **demonstrou transparéncia ao comunicar os destinatários das suas ações**, o que, nem de longe, caracterizaria uma medida desproporcional e invasiva.

RE 1055941 / SP

Por sua vez, a Unidade de Inteligência Financeira (UIF), ao informar à Corte sobre a síntese de suas atividades, foi taxativa ao consignar que o acesso aos Relatórios de Inteligência Financeira (RIF), disseminados sempre e, sem exceção, por seus sistemas eletrônicos de segurança, depende de cadastro prévio das autoridades competentes. E, nesse sentido, anoto que o STF não realizou o cadastro necessário ou teve acesso aos relatórios de inteligência.

Não se deve perder de vista que este processo, justamente por conter em seu bojo informações sensíveis, que gozam de proteção constitucional, tramita sob a cláusula do segredo de justiça, não havendo que se cogitar, portanto, da existência de qualquer medida invasiva por parte do Supremo Tribunal Federal, maior autoridade judiciária do País.

Nessa conformidade, indefiro o pedido de reconsideração formulado.

Não obstante, à luz das relevantes preocupações demonstradas pelo Procurador-Geral da República com a segurança das informações disseminadas – reitero eu, disseminadas pela própria UIF - através dos relatórios de inteligência, inclusive em relação aos detentores de foro por prerrogativa de função e aqueles politicamente expostos, e pelo fato de que, até o momento, não se tem nos autos de forma clara informações sobre os destinatários dos RIFs disseminados para as autoridades competentes, intime-se a Unidade de Inteligência Financeira (UIF) para que informe até as 18h do dia 18/11, de acordo com os itens abaixo e separadamente, e em relação ao período de três anos:

- 1) Quais instituições são cadastradas para receber os RIFs;
- 2) Por instituição, quais são os agentes cadastrados e desde quando estão cadastrados no sistema;
- 3) Quantos RIFs foram disponibilizados por instituição de ofício, por iniciativa da UIF;
- 4) Quantos RIFs foram disponibilizados por agentes cadastrados e respectivas instituições, de ofício, por iniciativa da UIF;
- 5) Quantos RIFs foram solicitados por instituições e quais são as

RE 1055941 / SP

instituições;

6) Quais agentes solicitaram RIFs e respectivas instituições e suas respectivas quantidades.

Tendo em conta ainda o diálogo institucional proposto no pedido de reconsideração, revela-se apropriado que o próprio MPF informe voluntariamente a esta Suprema Corte e, em relação ao mesmo período de três anos, o seguinte:

- Quantos e quais membros do MPF (com os respectivos cargos e funções) são cadastrados no sistema;
- Quantos RIF's foram recebidos pelo MPF mediante relatório espontâneo encaminhado pela UIF de ofício;
- Quantos RIF's o MPF recebeu em razão de sua própria solicitação.

À Secretaria para que, com urgência e pela modalidade mais expedita, adote as providências cabíveis, com as cautelas de praxe no tratamento de informações acobertadas pela cláusula de sigilo. Esta decisão vale como mandado de intimação.

Diante de vazamentos alhures de decisão e petição anterior, levanto o sigilo exclusivamente desta decisão, mantendo-se em todo o mais os autos sob sigilo.

Intimem-se.

Brasília, 15 de novembro de 2019.

130º Aniversário da República.

Ministro DIAS TOFFOLI

Relator

Documento assinado digitalmente

Toffoli obteve acesso a investigações da Receita com dados sigilosos de mais de 6 mil contribuintes

Além dos dados da Receita, presidente do STF também pediu ao Banco Central cópias de todos os relatórios de inteligência financeira produzidos pelo antigo Coaf

Lorena Rodrigues, Rafael Moraes Moura e Daniel Weterman, O Estado de S.Paulo
15 de novembro de 2019 | 12h38

BRASÍLIA - Por determinação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, a Receita Federal encaminhou à Corte dados fiscais sigilosos e provas obtidas em investigações contra mais de 6 mil contribuintes, nos últimos três anos. Toffoli também pediu que o Banco Central lhe enviasse cópias de todos os relatórios de inteligência financeira produzidos pelo antigo Coaf.

LEIA TAMBÉM > PGR não vai contestar decisão de Toffoli sobre acesso a relatórios sigilosos

O presidente do Supremo é o relator do processo que discute a necessidade de autorização judicial para o compartilhamento de dados sigilosos por órgãos de fiscalização e controle, como a Receita e o Coaf, rebatizado de Unidade de Inteligência Financeira (UIF). O assunto será discutido pelo plenário do STF, na próxima quarta-feira.

Em julho, Toffoli concedeu liminar suspendendo todos os processos envolvendo troca de dados fiscais sigilosos sem aval da Justiça. A medida paralisou 700 investigações em curso no País e um dos beneficiados foi o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro. Flávio é alvo de inquérito do Ministério Público que apura a prática de “rachadinha” – devolução de parte dos salários dos servidores aos parlamentares – na época em que ele era deputado estadual no Rio.

A nova ordem de Toffoli provocou críticas de servidores da Receita e integrantes do Ministério Público Federal (MPF), além de marcar mais um confronto entre o Supremo e o Congresso. Nos bastidores, senadores da bancada lavajatista intensificaram as articulações para a abertura da “CPI da Lava Toga”. Na última semana, o magistrado já havia desagrado ao grupo de senadores alinhados à Lava Jato ao

dar o voto de minerva que derrubou a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância e abriu caminho para a soltura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Essa decisão é mais uma demonstração da escalada de abuso, de autoritarismo onde ministros do STF procuram ocupar um espaço de poder e, com isso, preservar o seu grau de impunidade, absolutamente inatingível para qualquer tipo de apuração”, afirmou o senador Alessandro Vieira (Cidadania- SE).

O líder do Podemos no Senado, Alvaro Dias (PR), disse que considerou “estranho” o pedido de Toffoli. “Alguém poderia ironicamente classificar como uma arapongagem do presidente do STF. Eu prefiro não fazer isso”, provocou.

Volume

A Receita encaminhou ao Supremo, após a determinação de Toffoli, um volume enorme de dados, como declarações de Imposto de Renda de pessoas físicas e empresas, contratos de compra e venda de bens, além de informações tributárias protegidas por sigilo fiscal, segundo apurou o **Estadão/Broadcast**.

Cópias de documentos apreendidos no curso de investigações e o teor de depoimentos colhidos pelos auditores fiscais desde 2016 também foram entregues à Corte.

Toffoli solicitou ao Banco Central (BC), ainda, cópias de todos os Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) produzidos nos últimos três anos pelo antigo Coaf, conforme informou o jornal *Folha de São Paulo*. O BC autorizou o acesso do ministro aos dados, comunicando a existência de 19.441 relatórios com dados de quase 600 mil pessoas físicas e jurídicas, incluindo autoridades com prerrogativa de foro.

Em nota, o presidente do STF disse que não acessou as informações sigilosas do Coaf. “O STF não recebeu nem acessou os relatórios de inteligência financeira”. Segundo a Unidade de Inteligência Financeira, a única forma de acesso aos dados é por meio eletrônico, o que requer um cadastro do próprio Toffoli ou de outra pessoa escolhida por em uma página de acesso restrito.

O **Estadão/Broadcast** apurou que as informações repassadas pela Receita são ainda mais sensíveis do que as do Coaf. Enquanto os dados do BC tratam de movimentações financeiras que levantam suspeitas, os da Receita avançam sobre irregularidades e detalham investigações – muitas delas já resultaram em multas. Na prática, a Receita encaminhou ao Supremo um HD com uma série de documentos que mbasaram sindicâncias comunicadas ao MPF desde 2016.

Para a subprocuradora-geral da República Luiza Frischeisen, a decisão de Toffoli contraria “todo o sistema de sigilo bancário, privacidade, lei de lavagem e a competência do STF”. A opinião foi compartilhada pelo procurador regional da República Blal Dalloul. “Toffoli deu a suprema ordem de devassa.”

Apesar da revolta dos colegas, o procurador-geral da República, Augusto Aras, disse ao **Estado** que não deve contestar judicialmente a determinação do ministro. “Não havendo o presidente solicitado a senha do sistema para si ou para terceiros, o quadro revela a inexistência de risco para a integridade do sistema de inteligência financeira, daí porque não há necessidade de nenhuma medida processual”, afirmou Aras.

Ao longo do dia, porém, uma das hipóteses discutidas por Aras foi a de entrar com uma ação para impedir o acesso do presidente do Supremo ao material, mas a ideia acabou descartada./**COLABOROU BRENO PIRES**.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

Tudo o que sabemos sobre:

Dias Toffoli

STF [Supremo Tribunal Federal]

Receita Federal

Coaf [Conselho de Controle de Atividades Financeiras]

Encontrou algum erro? Entre em contato

DESTAQUES EM *POLÍTICA*



Decisão de Bolsonaro de acabar com DPVAT atinge em cheio negócios de Luciano Bivar



Herdeiro de d. Pedro II busca princesa para manter a dinastia



Artigo sobre visita de Bolsonaro a Pernambuco utiliza foto de mais de um ano atrás

Tendências:

Controladoria e PF miram desvios de R\$ 23 mi em contratos de TI de órgãos federais

Por que Bretas mandou prender Horacio Cartes em desdobramento da Operação Lava Jato?

Eleições municipais 2020: saiba quem deve fazer biometria

PF abre nova fase da Câmbio, Desligo, prende doleiro e mira ex-presidente do Paraguai

STJ bloqueia R\$ 581 mi do esquema de venda de sentenças no Tribunal da Bahia

Cupons Estadão

PUBLICIDADE

Cupom de desconto Americanas 2019

Cupom de desconto Americanas - TODOS neste link !

Cupom de desconto Carrefour 2019

Cupom Carrefour Celular: Até 45% Off em até 10x s/juros

Cupom Shoptime 2019

Todos os Cupons Shoptime em um só lugar. Confira!

PUBLICIDADE



PEDIDO NEGADO

Toffoli nega pedido de Aras e solicita mais dados do Coaf

Presidente do STF rejeita pedido de procurador-geral e mantém decisão sobre relatórios do antigo Coaf; ministro quer saber agora quem acessou informações sigilosas

16/11/2019 por Renato Onofre Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA /
COLABOROU MATHEUS LARA



"Não há qualquer medida invasiva por parte do Supremo Tribunal Federal, maior autoridade judiciária do País." DIAS TOFFOLI, presidente do STF

O presidente do STF, Dias Toffoli, negou ontem recurso do procurador-geral, Augusto Aras, para revogar decisão do próprio ministro que lhe

dava acesso a dados sigilosos de 600 mil pessoas. Toffoli ainda estendeu a solicitação para obter os relatórios produzidos nos últimos três anos pelo antigo Coaf e determinou que o MPF informe quem tem acesso a esses dados.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, rejeitou ontem um recurso apresentado pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, e ampliou a solicitação de acesso aos relatórios financeiros de cerca de 600 mil pessoas produzidos nos últimos três anos pelo Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) —

rebatizado Unidade de Inteligência Financeira (UIF). A resposta de Toffoli à manifestação de Aras foi rápida e em tom provocativo. Agora, o presidente da Corte quer saber, também, quem no Ministério Público Federal e no órgão de controle teve e tem acesso a essas informações sigilosas.

Em petição encaminhada à Corte ontem à tarde, Aras considerou o pedido do presidente do Supremo uma “medida desproporcional”, que colocava em risco a integridade do sistema de inteligência financeira do País. O procurador-geral classificou a solicitação de Toffoli como “demasiadamente intervintiva”.

O pedido foi feito em um recurso extraordinário da Procuradoria-Geral da República no processo que discute a necessidade de autorização judicial para o compartilhamento de dados sigilosos entre o Ministério Público e órgãos de controle e fiscalização, como a Receita e a UIF.

A resposta de Toffoli chegou poucas horas depois, no início da noite. “Não se deve perder de vista que este processo, justamente por conter em seu bojo informações sensíveis, que gozam de proteção constitucional, tramita sob a cláusula do segredo de Justiça, não havendo que se cogitar, portanto, da existência de qualquer medida invasiva por parte do Supremo Tribunal Federal, maior autoridade judiciária do País. Nessa conformidade, indefiro o pedido de reconsideração formulado”, diz Toffoli, na decisão.

Além de negar o pedido de Aras, o presidente da Corte intima a Procuradoria-Geral a informar “voluntariamente” ao Supremo, levando em conta “o diálogo institucional proposto no pedido de reconsideração”, quem teve acesso aos dados encaminhados pelo antigo Coaf e quais relatórios foram encaminhados. O sistema restrito do órgão – a que Toffoli ainda não teria acessado, segundo sua assessoria – permite que seja rastreado quais servidores estão online e quais as informações que eles estão analisando.

Toffoli pede para saber quais membros do Ministério Público Federal, com os respectivos cargos e funções, são cadastrados no sistema; quantos relatórios de informações financeiras (RIFs) foram encaminhados “espontaneamente” pelo antigo Coaf ao MPF; e quantos relatórios o Ministério Público Federal recebeu “em razão de sua própria solicitação”.

O presidente do Supremo ainda critica os dados encaminhados pela Unidade de Inteligência Financeira, considerados incompletos. Toffoli exigiu que o órgão encaminhe, até as 18h da próxima segunda-feira, a lista de instituições cadastradas para receber os relatórios e os agentes aptos a terem acesso aos documentos.

O órgão de controle tem até segunda também para dizer a quantidade de relatórios de informações financeiras que foram enviados por iniciativa do órgão e quais foram solicitados por instituições de investigações.

Mudança. A repercussão negativa do caso fez com que Aras mudasse de posicionamento. Até a noite de quinta-feira, o procurador-geral considerava não haver “risco para a integridade do sistema de inteligência financeira”. Porém, menos de 24 horas depois, após sofrer pressão de outros membros da PGR e na Receita Federal, Aras recuou. Na petição, ele disse que as unidades de inteligência financeira devem ser independentes e autônomas, inclusive para analisar, solicitar, encaminhar ou disseminar informações específicas.

“Trata-se, portanto, de medida desproporcional que põe em risco a integridade do sistema de inteligência financeira, podendo afetar o livre exercício de direitos fundamentais”, alegou Aras sobre a decisão de Toffoli.

A resposta de Toffoli surpreendeu pelo tom os membros do MPF ouvidos pelo Estado. A determinação do presidente do STF foi

interpretada com uma intimidação e uma reação a críticas nos órgãos de controle e no Congresso Nacional – onde senadores voltaram a atuar pela abertura da CPI da “Lava Toga”. Ontem, a interlocutores, Toffoli demonstrou incômodo com a facilidade de acesso a dados a servidores de órgãos como UIF e Receita a informações sigilosas.

O despacho do ministro, revelado pelo jornal Folha de S.Paulo, foi feito no processo em que Toffoli determinou a suspensão nacional de todos os processos judiciais em que tenha havido compartilhamento de informações da Receita Federal e do antigo Coaf sem autorização judicial e para fins penais – o que beneficiou, entre outros, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro.

Ontem, o Estado mostrou que, com a determinação do presidente do Supremo, a Receita encaminhou à Corte dados fiscais sigilosos e provas obtidas em investigações contra cerca de 6 mil contribuintes nos últimos três anos.

A decisão final sobre se o Coaf e outros órgãos de inteligência financeira vão poder ou não compartilhar dados financeiros vai ser julgada pelo Supremo na quarta-feira que vem. A expectativa de ministros é a de que a liminar de Toffoli seja confirmada na próxima semana, mas procuradores apostam em uma “modulação” para reduzir o alcance do entendimento.

Toffoli se tornou alvo de protestos e representações. O advogado e coordenador nacional do Movimento Brasil Livre Rubens Alberto Gatti Nunes Filho disse ao Estado ontem que vai protocolar no Senado um pedido de impeachment do presidente do Supremo.

Segundo ele, a determinação de Toffoli em relação ao antigo Coaf e à Receita “atenta contra o ordenamento jurídico, contra a honra e o decoro do cargo, incorre em crime de abuso de autoridade e fere direitos de garantias individuais de mais de 600 mil pessoas físicas e jurídicas, o que é um verdadeiro absurdo”.

O MBL iniciou ontem seu 5.º Congresso Nacional (mais informações na pág. A8). Outra ação contra Toffoli deverá partir do gabinete do deputado federal Kim Kataguiri (DEM-SP), líder do MBL.

“Trata-se de medida desproporcional que põe em risco a integridade do sistema de inteligência financeira, podendo afetar o livre exercício de direitos fundamentais.”

Augusto Aras

PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

“Este processo, justamente por conter em seu bojo informações sensíveis, que gozam de proteção constitucional, tramita sob a cláusula do segredo de Justiça, não havendo que se cogitar, portanto, da existência de qualquer medida invasiva por parte do Supremo Tribunal Federal, maior autoridade judiciária do País.”

Dias Toffoli

PRESIDENTE DO SUPREMO

Fonte: pressreader - O Estado de S. Paulo

Tags: toffoli nega pedido de aras e solicita mais dados do coaf

PUBLICIDADE



The image shows a Facebook sharing interface. At the top left is the 'Recomendar' button. Next to it is the text 'Correio do povo' with a small profile picture. To the right is a 'Curtir Página' button with the number '5,3 mil curtidas'. Below this is a message box containing the text 'Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.'

mais notícias

19/11/2019 12:03

VÍDEO: Caminhão cegonha pega fogo em Jequiá da Praia

19/11/2019 07:16

Cabo Bebeto renuncia ao diretório municipal do PSL e deixa claro que pretende acompanhar Bolsonaro

19/11/2019 07:15

Bancada federal alagoana destina R\$ 5 milhões para a instalação da Embrapa em Alagoas

Correio do Povo de Alagoas
© Copyright 2010-2018 Todos os direitos reservados



PUBLICIDADE

* Legal

Voe para Navegantes

De Rio de Janeiro - Santos Dumont

A partir de

R\$ 280,85*[Ver agora](#)**Voe para Brasília**

De Rio de Janeiro - Santos Dumont

A partir de

R\$ 782,85*

()

Voe para São Paulo - Guarulhos

De Rio de Janeiro - Santos Dumont

A partir de

R\$ 186,85*[Ver agora](#)**Voe para São Paulo - Congonhas**

De Rio de Janeiro - Santos Dumont

A partir de

R\$ 273,85*

()

Aras recua e pede para Toffoli revogar decisão que determinou acesso a dados sigilosos

Na quinta-feira, 14, procurador-geral disse ao 'Estado' que não iria contestar judicialmente a determinação do presidente do Supremo

Renato Onofre, O Estado de S.Paulo

15 de novembro de 2019 | 15h37

Atualizado 15 de novembro de 2019 | 17h43

BRASÍLIA - O procurador-geral da República, **Augusto Aras**, em petição ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), **Dias Toffoli**, pediu a revogação da decisão em que determinou o envio à Corte dos relatórios financeiros produzidos dos últimos três anos feitos pela Unidade de Inteligência Financeira (antigo **Coaf**) e pela Receita Federal. No documento, Aras diz que a "medida desproporcional" e põe em risco a integridade do sistema de inteligência financeira.

LEIA TAMBÉM > Toffoli obteve acesso a investigações da Receita com dados sigilosos de mais de 6 mil contribuintes

O pedido consta de manifestação encaminhada ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), autor da determinação. No documento, o PGR classifica a providência pelo ministro como demasiadamente intervintiva, com capacidade para colocar em risco informações privadas relativas a mais de 600 mil pessoas, entre elas indivíduos politicamente expostos e detentores de foro por prerrogativa de função.

PUBLICIDADE

"Trata-se, portanto, de medida desproporcional que põe em risco a integridade do sistema de inteligência financeira, podendo afetar o livre exercício de direitos fundamentais", diz Aras na petição.

O procurador-geral da República diz, na petição, que há a necessidade de revogação imediata da medida, pois as unidades de inteligência financeira devem ser independentes e autônomas, inclusive para analisar, solicitar ou encaminhar ou disseminar informações específicas.

Aras afirma que a providência é dispensável ao fim pretendido - o de conhecer a metodologia empregada pela Unidade de Inteligência Financeira. Segundo ele, essa compreensão é alcançada a partir da "sua disciplina legal". O procurador-geral requer a revogação da medida com o retorno dos dados recebidos à "origem ou a sua substituição por providência processual de caráter não invasivo".

Oficialmente, a assessoria de comunicação da presidência do Corte afirmou, ainda na quinta-feira, que o Tribunal não recebeu nem acessou relatórios sigilosos de inteligência financeira. Eles foram disponibilizados eletronicamente, mas dependem de cadastro prévio no sistema para serem visualizados.

"O presidente Dias Toffoli não comenta processo que tramita sob segredo de Justiça. Vale esclarecer que o STF não recebeu nem acessou os relatórios de inteligência financeira conforme divulgado pela imprensa", informou a assessoria de comunicação da Presidência do tribunal.

O despacho sigiloso do ministro, cujo teor foi divulgado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, foi feito no caso em que Toffoli determinou a suspensão nacional de todos os processos judiciais em que tenha havido compartilhamento de informações da Receita Federal e do antigo Coaf sem autorização judicial e para fins penais, o que beneficiou, entre outros, o senador **Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)**, filho do presidente Jair Bolsonaro.

O plenário do STF vai analisar o tema na próxima quarta-feira (20). A expectativa de integrantes da Corte é a de que a liminar de Toffoli seja referendada pelo plenário, mas procuradores apostam em uma modulação dos efeitos, para reduzir o alcance da medida.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

Tudo o que sabemos sobre:

Coaf [Conselho de Controle de Atividades Financeiras]

Augusto Aras

STF [Supremo Tribunal Federal]

Dias Toffoli

Receita Federal

DESTAQUES EM POLÍTICA



Decisão de Bolsonaro de acabar com DPVAT atinge em cheio negócios de Luciano Bivar



Herdeiro de d. Pedro II busca princesa para manter a dinastia



Artigo sobre visita de Bolsonaro a Pernambuco utiliza foto de mais de um ano atrás

PUBLICIDADE

* Legal



Voe para Brasília

De Rio de Janeiro - Santos Dumont

A partir de

[Ver mais](#)

Voe para São Paulo - Guarulhos

De Rio de Janeiro - Santos Dumont

A partir de

Voe para Brasília

De Rio de Janeiro - Santos Dumon

A partir de

PUBLICIDADE

* Legal



Voe para Brasília

De Rio de Janeiro - Santos Dumont

R\$ 782,85*

[Ver mais](#)

Voe para São Paulo - Guarulhos

De Rio de Janeiro - Santos Dumont

R\$ 1.026,05*

[Ver mais](#)

CO,007 **Voo Direto**

Voe para São Paulo - Congonhas
De Rio de Janeiro - Santos Dumont
R\$ 273,85* [Ver mais](#)

Voe para Maringá
De Rio de Janeiro - Santos Dumont
R\$ 617,85* [Ver mais](#)

Voe para Navegantes
De Rio de Janeiro - Santos Dumont
R\$ 280,85*

Tendências:

Controladoria e PF miram desvios de R\$ 23 mi em contratos de TI de órgãos federais

Por que Bretas mandou prender Horacio Cartes em desdobramento da Operação Lava Jato?

Eleições municipais 2020: saiba quem deve fazer biometria

PF abre nova fase da Câmbio, Desligo, prende doleiro e mira ex-presidente do Paraguai

STJ bloqueia R\$ 581 mi do esquema de venda de sentenças no Tribunal da Bahia

Cupons Estadão

PUBLICIDADE

Cupom de desconto Americanas 2019

[Cupom de desconto Americanas - TODOS neste link !](#)

Cupom de desconto Carrefour 2019

[Cupom Carrefour Celular: Até 45% Off em até 10x s/juros](#)

Cupom Shoptime 2019

[Todos os Cupons Shoptime em um só lugar. Confira!](#)



Supremo Tribunal Federal

Gabinete da Presidência

PORTARIA GP Nº 69, DE 14 DE MARÇO DE 2019.

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno,

CONSIDERANDO que velar pela intangibilidade das prerrogativas do Supremo Tribunal Federal e dos seus membros é atribuição regimental do Presidente da Corte (RISTF, art. 13, I);

CONSIDERANDO a existência de notícias fraudulentas (*fake news*), denunciações caluniosas, ameaças e infrações revestidas de *animus calumniandi, diffamandi e injuriandi*, que atingem a honorabilidade e a segurança do Supremo Tribunal Federal, de seus membros e familiares,

RESOLVE, nos termos do art. 43 e seguintes do Regimento Interno, instaurar inquérito para apuração dos fatos e infrações correspondentes, em toda a sua dimensão.

Designo para a condução do feito o eminentíssimo Ministro **Alexandre de Moraes**, que poderá requerer à Presidência a estrutura material e de pessoal necessária para a respectiva condução.

Ministro **DIAS TOFFOLI**
Presidente

INQUÉRITO 4.781 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AUTOR(A/S)(ES) : SOB SIGILO
ADV.(A/S) : SOB SIGILO

DESPACHO INICIAL

Trata-se de inquérito instaurado pela Portaria GP Nº 69, de 14 de março de 2019, do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente, nos termos do art. 43 do Regimento Interno desta CORTE, para o qual fui designado para condução, considerando a existência de notícias fraudulentas (*fake news*), denunciações caluniosas, ameaças e infrações revestidas de *animus caluniandi*, *diffamandi* ou *injuriandi*, que atingem a honorabilidade e a segurança do Supremo Tribunal Federal, de seus membros e familiares, extrapolando a liberdade de expressão, como ressaltado pelo Decano desta CORTE, Ministro CELSO DE MELLO:

"Ninguém tem o direito de atassalhar a honra alheia, nem de proferir doestos ou de vilipendiar o patrimônio moral de quem quer que seja ! A liberdade de palavra, expressão relevante do direito à livre manifestação do pensamento, não se reveste de caráter absoluto, pois sofre limitações que, fundadas no texto da própria Constituição da República (art. 5º, V e X, c/c o art. 220, § 1º, "in fine") e em cláusulas inscritas em estatutos internacionais a que o Brasil aderiu (Convenção Americana de Direitos Humanos e Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos), deslegitimam o discurso insultuoso, moralmente ofensivo ou impregnado de ódio ! O abuso da liberdade de expressão constitui perversão moral e jurídica da própria ideia que, no regime democrático, consagra o direito do cidadão ao exercício das prerrogativas fundamentais de

criticar, ainda que duramente, e de externar , mesmo que acerbamente e com contundência , suas convicções e sentimentos! Se é inegável que a liberdade constitui um valor essencial à condição humana, não é menos exato que não há virtude nem honra no comportamento daquele que, a pretexto de exercer a cidadania, degrada a prática da liberdade de expressão ao nível primário (e criminoso) do insulto, do abuso da palavra, da ofensa e dos agravos ao patrimônio moral de qualquer pessoa!" (trecho do voto proferido no julgamento do Agr. Reg. no Inquérito 4435, Tribunal Pleno, sessão de 14/3/2019).

O objeto deste inquérito é a investigação de notícias fraudulentas (fake news), falsas comunicações de crimes, denunciações caluniosas, ameaças e demais infrações revestidas de *animus caluniandi*, *diffamandi* ou *injuriandi*, que atingem a honorabilidade e a segurança do Supremo Tribunal Federal, de seus membros; bem como de seus familiares, quando houver relação com a dignidade dos Ministros, inclusive o vazamento de informações e documentos sigilosos, com o intuito de atribuir e/ou insinuar a prática de atos ilícitos por membros da Suprema Corte, por parte daqueles que tem o dever legal de preservar o sigilo; e a verificação da existência de esquemas de financiamento e divulgação em massa nas redes sociais, com o intuito de lesar ou expor a perigo de lesão a independência do Poder Judiciário e ao Estado de Direito.

Para tanto, adoto, desde logo, as seguintes medidas administrativas:

- 1) JUNTE-SE aos autos informações coligidas pela Secretaria de Segurança do STF;
- 2) DESIGNO o Delegado Federal Dr. Alberto Ferreira Neto, Chefe da Delegacia Especializada em Repressão a Crimes Fazendários, por indicação do DD. Diretor da Polícia Federal em exercício, Dr. Disney Rosseti, para auxiliar nas investigações;

INQ 4781 / DF

3) DESIGNO o Delegado de Polícia Dr. Maurício Martins da Silva, da Divisão de Inteligência do DIPOL-SP, por indicação do DD. Delegado Geral de Polícia de São Paulo, Dr. Ruy Ferraz Fontes, para auxiliar nas investigações;

4) DESIGNO a servidora Cristina Yukiko Kusahara, mat. 3440, para secretariar os trabalhos.

Brasília, 19 de março de 2019.

Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

Documento assinado digitalmente



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

SÍNTESE DA TESE DEFENDIDA NO MEMORIAL (ANEXO) APRESENTADO PELO PGR

1. Na medida em que possui a titularidade exclusiva das funções de prevenir e punir crimes, o Estado possui, como decorrência, o **dever** de executá-las e efetivamente proteger os cidadãos contra a criminalidade – observadas os limites fixados pelos princípios democráticos. Esse dever assume contornos ainda mais sérios no caso da macrocriminalidade, que atinge não apenas indivíduos, mas a própria coletividade, o mercado e a Economia, podendo, inclusive, projetar suas consequências para âmbito internacional.
2. Justamente a fim de combater eficazmente esse tipo de criminalidade, o Estado brasileiro se comprometeu com o regime convencional antilavagem de dinheiro, anticriminalidade organizada, anticorrupção e antiterrorismo (tratados de Mérida – Decreto n.º 5.687/2006; Palermo – Decreto n.º 5.015/2004 e Nova York – Decreto n.º 5.640/2005), entre outros, e editou a Lei n.º 9.613/1998, criando, em seu art. 14, Unidade de Inteligência Financeira Nacional (UIF).
3. A UIF, por sua vez, a partir da LC n.º 105/2001, passou a ter acesso direto, independentemente de prévia autorização judicial, a dados bancários e fiscais detalhados das pessoas. Além disso, com a aceitação do Brasil no Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI), ocorrida em 2000, a UIF brasileira se juntou às principais democracias do mundo no que tange às práticas de receber, analisar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei de Lavagem de Dinheiro. Estava criado, então, o microssistema brasileiro antilavagem.
4. A finalidade subjacente a esse microssistema é a de permitir uma atuação mais eficaz do Brasil na prevenção e repressão à lavagem de dinheiro, ao terrorismo e a crimes relacionados. Para atingir tal fim, é essencial, segundo as práticas internacionais e as recomendações do GAFI – todas incorporadas até o momento pela ordem jurídica brasileira –, que esse microssistema seja dotado de características como: **(i)** possuir mecanismos de

cooperação e de troca direta e sem amarras de informações entre os diversos órgãos do Estado; (ii) que essas informações sejam aptas a viabilizar ações rápidas e eficientes dos órgãos responsáveis pelo combate à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores (art. 14, § 2º, da Lei n.º 9.613).

5. Daí se vê que a finalidade perseguida pelo microssistema brasileiro antilavagem restará comprometida quer se exija prévia autorização judicial para que RIFS sejam enviados aos órgãos de persecução penal pela UIF, quer apenas se admita o envio direto a esses órgãos de persecução de RIFS genéricos, adstritos à identificação do contribuinte e ao montante global movimentado.

6. Exigir que o Poder Judiciário intermedie o envio de RIFs ao MP e à Polícia tornaria o microssistema antilavagem, além de contrário às Recomendações do GAFI e apartado do padrão mundial, desfuncional. Em vez de rápido e eficaz, o microssistema contaria com mais uma etapa procedural, de natureza quase cartorária e de benefício duvidoso ao cidadão. Só em 2018, o COAF recebeu 414.911 comunicações de operações suspeitas. Caso seja necessária a apresentação de pedido e consequente decisão judicial para que o MP tenha acesso detalhado a cada uma dessas comunicações, inevitavelmente haverá o congestionamento de varas criminais, ofícios do Ministério Público e delegacias de Polícia.

7. O STF, ao julgar as ADIs n.º 2.386, 2.390, 2.397 e 2.859, reafirmou as balizas objetivas previstas expressamente no art. 5º, § 2º, da LC n.º 105/2001, definindo ser constitucional o envio periódico de dados bancários dos bancos para o Fisco, previsto no art. 5º, *caput*, desde que limitado a informar a identificação dos titulares das operações e os montantes globais mensalmente movimentados. Para os fins perseguidos pelo art. 5º, *caput*, da LC n.º 105, a saber, servir de mecanismo para detectar indício de crime fiscal, é suficiente que o Fisco tenha acesso a tais dados genéricos.

8. Por outro lado, o envio de dados bancários do COAF para o MP e Polícia, previsto no art. 15 da Lei n.º 9.613 e um dos objetos deste RE, tem por **finalidade específica** fornecer aos órgãos de persecução penal indícios da prática do crime de lavagem de capitais – de modo a possibilitar a sua investigação. RIFs genéricos, que se limitem a informar a identificação dos titulares das operações e os montantes globais mensalmente movimentados, são simplesmente imprestáveis a atingir tal finalidade.

9. A Recomendação 29 do GAFI é clara ao estabelecer que a UIF deve poder disseminar aos órgãos de *law enforcement* informações específicas e detalhadas que demonstrem a razão de uma

dada operação ser considerada suspeita. E a Recomendação n. 9 impede que as leis de sigilo vigentes no país não devem inibi-lo de implementar as Recomendações do GAFI.

10. É assim que funciona a lógica das UIFs e é assim que se entende, internacionalmente, que as UIFs devem funcionar.

11. Além de o sistema de envio direto de RIFs ao MP e à Polícia funcionar há mais de 2 décadas no Brasil com evidente contribuição ao combate à macrocriminalidade, observar a legislação nacional, o padrão mundial e as Recomendações do GAFI, ele não ofende nenhum direito fundamental. À luz do texto constitucional, conclui-se que o direito fundamental ao sigilo de dados fiscais e bancários, decorrente do direito fundamental à privacidade, não demanda reserva de jurisdição para ser objeto de eventuais restrições. Como ensina a melhor doutrina, todavia, essas restrições devem ser previstas em Lei, preservarem o núcleo essencial do direito e observarem o princípio da proporcionalidade. Todas essas características estão presentes no caso do envio direto do RIFs ao MP e à Polícia.

12. O MP e a Polícia, ao receberem o RIF, **não têm acesso à integralidade dos dados financeiros dos contribuintes, mas, apenas, àqueles dados que fundamentam a suspeita da prática criminosa.** Jamais são enviados a tais órgãos extratos bancários, aos quais, aliás, nem mesmo o COAF tem acesso. Assim, o intercâmbio de informações por meio do RIF atinge apenas uma parte do direito ao sigilo de dados do contribuinte, justamente aquela parte referente a dados que consistem em indícios da prática de crimes. **Todo o restante do sigilo continua preservado, inclusive em face dos órgãos de persecução penal.** Dessa congruência entre **meios** (repasse direto de informações sigilosas ao MP e à Polícia) e **fins** (prevenção e repressão de crimes) exsurge a legitimidade constitucional do microssistema antilavagem brasileiro.

13. Segundo a legislação nacional, os indícios de lavagem de dinheiro são fornecidos à UIF **geralmente** pelos chamados “setores obrigados”, dentre os quais se incluem as instituições financeiras. Mas a UIF também pode receber informações por meio do intercâmbio com autoridades competentes, dentre elas o MP e a Polícia, prevista no art. 14, §2º da lei n. 9613/98 e art. 9º, XI do Decreto n. 9663/2019.

14. Para desempenhar essa competência, a UIF criou o Sistema Eletrônico de Intercâmbio (SEI-C). No SEI-C, as autoridades devem informar o número do procedimento de investigação e as razões pelas quais entende haver suspeita de crime.

15. Ao receber uma comunicação por parte do MP ou da Polícia, a UIF, de modo automatizado e informatizado, verifica se existem em sua **base de dados preexistentes** informações acerca das pessoas investigadas. Se não existirem, tal fato é comunicado ao ente comunicante (MP ou a Polícia) e não é produzido RIF. Se existirem, o RIF será produzido e enviado ao ente comunicante exclusivamente pelo SEI-C, jamais por e-mail, por exemplo.

16. Ao receber comunicação do MP ou Polícia, a UIF não busca junto às intuições financeiras informações sobre as pessoas investigadas apontadas na comunicação. Ela apenas consulta sua própria base de dados. **O MP não possui poder requisitório em face da UIF.**

17. Assim, em que pese o jargão se referir a esse modelo como “RIF a pedido,” disso não se trata. Ele segue sendo uma atuação desempenhada *ex officio*. A elaboração de RIF continua a depender de decisão da própria UIF, conforme os critérios próprios indicados na legislação.

18. Há mais um efeito adverso decorrente do entendimento de não permitir o envio direto de RIFs detalhados ao MP. Como se sabe, há duas espécies de comunicações transmitidas ao COAF pelos setores obrigados: as comunicações de operações suspeitas e as comunicações de operações em espécie. As primeiras são encaminhadas ao COAF quando os entes dos setores obrigados percebem indícios de lavagem de dinheiro em transações de seus clientes. Nas segundas, por outro lado, os dados repassados pelas instituições obrigadas não indicam, por si só, o cometimento de atos ilícitos, mas apenas demonstram operações que se enquadram em determinados valores.

19. Caso o COAF apenas possa fornecer diretamente ao MP informações genéricas, isso obrigará essa instituição, a fim de ter acesso aos dados detalhados, a requerer em juízo a quebra de sigilo de pessoas que, por vezes, não praticaram qualquer conduta suspeita ou indicativa de lavagem de dinheiro. Na prática, isso levará à instauração de apurações contra pessoas sobre as quais não recai qualquer suspeita, fazendo-as constar desnecessariamente como investigadas dentro do sistema judicial criminal. Em vez proteger a intimidade das pessoas, a exigência de prévia decisão judicial para o envio de RIF detalhado ao MP acabará, como efeito colateral indesejado, aumentando o *strepitus judicii*.

20. Por fim, devem ser consideradas as graves consequências que o eventual descumprimento das Recomendações do GAFI causarão para o Brasil. Elas passam pela inclusão do Brasil em listas de países com deficiências estratégicas (de alto risco ou sob monitoramento), pela aplicação de contramedidas impostas pelo sistema financeiro dos demais países, podendo chegar até a sua

exclusão do GAFI, do G-20, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Esse tipo de sanção pode ter relevância na aferição dos riscos para investimentos no Brasil e para a checagem da credibilidade de seu mercado. Assim, para além de danos político-diplomáticos, as consequências de impacto imediato são relacionadas a restrições econômico-financeiras ao País.

21. Por todos esses argumentos, condicionar o envio de RIFs detalhados ao MP e à Polícia à intermediação judicial é subverter a lógica de funcionamento das UIFs, descumprir os padrões internacionais de combate da lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e tornar provável a inclusão do Brasil com um país *non compliant* das Recomendações do GAFI.

22. Finalmente, o enfraquecimento do microssistema brasileiro antilavagem debilitará a capacidade do Brasil de reagir a crimes graves. Isso, ironicamente, interessa não aos cidadãos – titulares do direito ao sigilo discutido nestes autos, mas sim àqueles que praticam os crimes que mais prejudicam a sociedade brasileira.

Brasília, 18 de novembro de 2019.

Augusto Aras
Procurador-Geral da República
Assinado digitalmente



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO nº 1.055.941/SP

SUMÁRIO

1. Breve retrospecto fático
2. Questão preliminar: a expansão indevida do objeto do RE
3. A constitucionalidade da transferência, sem prévia autorização judicial, de dados sigilosos feita por órgãos como o COAF e a RFB ao MP e à Polícia
 - 3.1 O direito fundamental ao sigilo de dados bancários e fiscais admite restrições
 - 3.2 O microssistema jurídico antilavagem
 - 3.2.1 A tríplice função da UIF de receber, analisar e disseminar informações financeiras que contenham indícios da prática de crimes relacionados à lavagem de capitais
 - a) Comunicações, à UIF, de operações suspeitas por parte das instituições financeiras
 - b) Comunicações, à UIF, de operações suspeitas por parte do MP
 - 3.3 O microssistema jurídico antissonegação fiscal vigente no país
 - 3.4 O equilíbrio entre meios e fins observado pelos microssistemas antilavagem e antissonegação brasileiros.
 - 3.5 Análise da decisão proferida nestes autos em 15.7.2019 pelo Ministro Relator.
 - 3.5.1 Sobre a proposta de que os RIFs e RFFPs sejam genéricos
 - a) Os precedentes formados no julgamento das ADIs nº 2.386, 2.390 2.397 e 2.859
 - b) A inutilidade de RIFs genéricos
 - c) A inutilidade de RFFPs genéricos
 - 3.5.2 Sobre a proposta de que os RIFs e RFFPs detalhados somente sejam enviados ao MP após decisão judicial.
 4. Aspectos de direito internacional
 - 4.1 A cogênciadas as recomendações do GAFI.
 - 4.2 As recomendações do GAFI violadas caso o COAF não possa repassar RIFs detalhados diretamente às autoridades de persecução competentes
 - 4.3 Breve panorama das consequências, para o país, do eventual descumprimento das recomendações do GAFI
 5. Conclusão

Excelentíssimos Ministros do Supremo Tribunal Federal,

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA vem, respeitosamente, apresentar **memorial**, nos termos que se seguem.

1. BREVE RETROSPECTO FÁTICO

No recurso extraordinário em epígrafe **originariamente** se discutia a constitucionalidade ou não do compartilhamento com o Ministério Público, para fins penais, dos dados bancários e fiscais do contribuinte, **obtidos pelo Fisco** no legítimo exercício de seu dever de fiscalizar, sem a intermediação do Poder Judiciário. Esse tema teve sua repercussão geral reconhecida pelo STF em 12.4.2018 (tema 990 da repercussão geral).

Em 15.7.2019, **Flávio Nantes Bolsonaro** protocolou petição nestes autos, em que, após narrar que está sendo investigado em procedimento criminal que conta com Relatório de Inteligência Financeira repassado ao Ministério Público sem prévia autorização judicial, sustentou que a sua situação fática apresenta “inequívoca similitude” com a tese objeto de repercussão geral neste RE. Por tal motivo, requereu o seu ingresso no feito, nos termos do art. 1.038, I do Código de Processo Civil, e a suspensão do PIC que tramita em seu desfavor, até o julgamento do Tema 990 da Repercussão Geral.

Em 15 de julho de 2019, o Exmo. Ministro Dias Toffoli proferiu decisão em que:

a) acolheu os argumentos apresentados por **Flávio Bolsonaro Nantes** no sentido de que a sua situação fática guarda similitude ao objeto deste RE;

b) sustentou que o repasse de dados bancários ou fiscais ao Ministério Público por órgãos de fiscalização e controle (como o COAF e o Fisco), quando não precedido de autorização judicial, deve se limitar à identificação dos titulares das operações e dos montantes globais mensalmente movimentados.

Com bases nesses argumentos, o Ministro Dias Toffoli suspendeu o andamento de todos os feitos criminais que contem com dados bancários ou fiscais repassados ao Ministério Público pelos órgãos de fiscalização e controle, como o COAF, o Fisco e o BACEN, sem prévia autorização judicial.

Contra essa decisão, a PGR apresentou embargos de declaração, que se encontram pendentes de apreciação. O julgamento deste RE foi designado para a sessão do Pleno do STF do dia 20 de novembro de 2019.

A PGR passa, a seguir, a fornecer suas considerações sobre a controvérsia constitucional a ser decidida por esse Pleno.

2. QUESTÃO PRELIMINAR: A EXPANSÃO INDEVIDA DO OBJETO DO RE

O objeto original deste feito era a possibilidade ou não de os dados bancários e fiscais do contribuinte, **obtidos pelo Fisco**, serem compartilhados com o Ministério Público para fins penais, sem a intermediação do Poder Judiciário (tema 990 da repercussão geral).

Na decisão proferida nestes autos em 15 de julho de 2019, o Ministro Dias Toffoli “**ampliou**” o tema objeto deste RE e nele incluiu, também, a possibilidade ou não **de outros órgãos de fiscalização e controle**, como o COAF, o BACEN, a CVM e outros, compartilharem dados acobertados por sigilo com o Ministério Público, sem a intermediação do Poder Judiciário.

Ocorre que não há dispositivo legal que permita a ampliação unilateral da controvérsia posta a exame, incluindo no julgamento de processo em que reconhecida a repercussão geral da matéria controvérsia a ela estranha.

Com efeito, os artigos 322 e seguintes do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal disciplinam o procedimento dos julgamentos de recursos extraordinários com repercussão geral: inicialmente, compete ao Ministro Relator, inexistentes outras razões de inadmissibilidade do recurso, submeter aos demais, por meio eletrônico, cópia de sua manifestação sobre a existência, ou não, de repercussão geral; na sequência, os demais integrantes do STF têm prazo de 20 dias para se manifestar, somente podendo ser recusada a repercussão geral com o voto de 2/3 dos integrantes da Corte¹.

Como se vê, houve inobservância do procedimento adequado para o reconhecimento da repercussão geral da matéria, na medida em que o Ministro Presidente, monocraticamente, inseriu no Tema 990 da repercussão geral tema estranho à controvérsia versada no presente RE, **usurpando a competência do Plenário para acolher ou rejeitar recurso extraordinário**.

Em seguida, como é notório, determinou a suspensão de todos os feitos criminais do país que tratam do tema **por ele monocraticamente ampliado – o** que tem produzido a grave con-

¹ Art. 102, § 3º, da CF/88.

sequência de paralisar milhares de investigações² e ações penais em curso sobre as matérias mais diversas que possuam, em seu bojo, Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) e Representações Fiscais para Fins Penais (RFFP), inclusive aquelas com réus presos.

E não se argumente que a **ampliação** do objeto original do recurso extraordinário se justifica por que seria indiferente qual é o órgão – a RFB, o COAF, a CVM ou o BACEN – responsável pelo compartilhamento de dados sigilosos com o Ministério Público. Sob essa visão, a controvérsia constitucional relevante seria a mesma – constitucionalidade ou não do repasse de dados sigilosos diretamente ao MP – independentemente do órgão responsável pelo repasse.

Esse argumento não se sustenta. É que, a depender do órgão de fiscalização e controle que efetua o compartilhamento dos dados com o MP ou a Polícia, o arcabouço normativo em que se funda a atuação de cada um desses órgãos será diferente, na exata medida em que ela – a atuação de cada um dos órgãos – é regida por regramentos legais e supralegais completamente diversos. Com isso, o bloco normativo objeto do controle de constitucionalidade também será diverso.

Assim, e apenas para exemplificar, sabe-se que a atuação da UIF, inclusive a de disseminar aos órgãos de persecução penal informações sobre suspeitas de práticas de crimes, encontra respaldo num arcabouço normativo específico, integrado basicamente pelos artigos 1º, § 3º, IV, e 2º, § 6º, da Lei Complementar n.º 105, de 2001, os artigos 11, 14 e 15 da Lei n.º 9.613, de 1998, e as Recomendações do GAFI. **Esse conjunto normativo, por sua vez, faz parte de uma realidade maior: o microssistema jurídico antilavagem em vigor no país.**

Ao examinar a compatibilidade ou não desse arcabouço normativo com a Constituição, toda a lógica própria do **microssistema jurídico antilavagem** deve ser apreendida, compreendida e considerada, sob pena de dele se retirar uma das peças que permite que a sua complexa engrenagem funcione.

Já a atuação da Receita Federal do Brasil funda-se em arcabouço normativo completamente diverso, que segue a lógica própria do sistema antissonegação fiscal vigente no Brasil. Do mesmo modo ocorre com a atuação dos demais órgãos de fiscalização e controle, como a CVM e o Banco Central do Brasil: cada qual possui regramentos e observam lógicas próprias.

Assim, a ampliação do objeto deste RE, realizada monocraticamente pelo Ministro Dias Toffoli e à revelia da disciplina regimental, implicou na necessidade de esta Corte, assim como as

² <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/levantamento-mostra-que-700-investigacoes-do/mpf-estao-paradas-apos-decisao-do-stf-sobre-uso-de-dados-financeiros-compartilhados/>

partes legitimadas para participarem do julgamento previsto para o dia 21 de novembro de 2019, avaliarem a compatibilidade ou não com a Constituição Federal **não apenas** do arcabouço normativo que rege o compartilhamento de dados fiscais e financeiros do Fisco com o MP – tal qual impunha o objeto originário deste RE –, mas também do arcabouço normativo em que se funda essa mesma atuação por parte de **todos os demais órgãos de controle e fiscalização existentes no país.**

Como consequência desse raciocínio, a decisão proferida pelo Ministro Dias Toffoli no dia 15.7.2018 deve ser revogada, de modo a que o julgamento que se aproxima recaia exclusivamente sobre tema original deste RE. Saliente-se que esta preliminar consiste em um dos pontos levantados pela PGR nos embargos de declaração que se encontram pendentes de apreciação.

3. A CONSTITUCIONALIDADE DA TRANSFERÊNCIA, SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL, DE DADOS SIGILOSOS FEITA POR ÓRGÃOS COMO O COAF E A RFB AO MP E À POLÍCIA

3.1 O direito fundamental ao sigilo de dados bancários e fiscais admite restrições

Caso essa Suprema Corte não acolha a preliminar acima levantada e mantenha a ampliação do objeto deste RE realizada pelo Ministro Dias Toffoli, o tema em breve julgado por essa Suprema Corte será o seguinte: **saber se é ou não compatível com os direitos à privacidade e à intimidade previstos no art. 5º, X, da Constituição, que órgãos de fiscalização e controle (como o COAF e a RFB) transfiram dados fiscais ou financeiros diretamente aos órgãos de persecução penal sem prévia autorização judicial.**

De início, registre-se que é atualmente majoritário o entendimento³ de que o direito ao sigilo de dados (como os fiscais e bancários) consiste em verdadeiro direito fundamental⁴, de matriz constitucional, sendo uma decorrência do direito fundamental à privacidade e à intimidade, previsto no artigo 5º, X, da CF, o qual dispõe que “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”.

Considerando que o sigilo de dados fiscais e bancários ostenta natureza de direito fundamental, então o repasse dessa espécie de dados diretamente ao MP ou à Polícia, por parte de ór-

³ STF, Pleno, MS 23639-6/DF, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 16.02.2001.

⁴ SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Direito Constitucional*, 4ª edição ampliada, Saraiva, 2015, p. 444.

gãos que os detenham, configura uma espécie de **restrição** a esse direito – entendida como qualquer conduta do Poder Público que afete o direito fundamental de modo desvantajoso, por exemplo, diminuindo-lhe o âmbito de proteção⁵.

Resta saber, portanto, se tal **repasse direto** corresponde a uma **restrição legítima** ao direito fundamental em tela, vale dizer, compatível com a Constituição Federal, ou se, ao revés, dela transborda, constituindo medida inconstitucional.

Com efeito, atualmente não dúvidas de que nenhum direito fundamental é absoluto⁶. Nas palavras de Robert Alexy, “*há muito já se ultrapassou, no sistema da ciência do direito, a fase dos denominados ‘direitos absolutos’*”⁷. Disso decorre que os direitos fundamentais, aí se incluindo o direito ao sigilo de dados fiscais e bancários, podem sofrer **restrições extrínsecas**⁸, desde que observadas determinadas condições – sendo essa a medida da sua legitimidade.

Valendo-se das lições de Joaquim Gomes Canotilho, as condições para que uma restrição a direito fundamental seja legítima são as seguintes, alternativamente: (i) ela deve estar prevista diretamente na Constituição, (ii) na lei⁹ (iii) ou decorrer da colisão de um direito fundamental com outro da mesma categoria – situação em que o sacrifício de um direito terá por finalidade a promo-

5 O que se discute nestes autos não é propriamente a “quebra” de sigilo bancário e fiscal sem prévia autorização judicial, mas sim a “transferência de dados sigilosos” de um ente (órgãos de fiscalização e controle), que possui a obrigação legal de manter o sigilo, para outro ente (MP e Polícia), que também tem o dever de sigilo, de modo que os dados transferidos não serão circulados ou ganharão publicidade, resguardando-se, com isso, a privacidade e intimidade das pessoas. O Ministério Público, ao receber dados bancários ou fiscais de órgãos como o COAF e a RFB, também possui o dever legal de sobre eles garantir o sigilo, inclusive sob pena de incorrer em crime de divulgação de dados sigilosos (art. 153, §1º-A do Código Penal) e de responder civil e administrativamente pelo vazamento (art. 8º, §1º da LC n. 75).

6 Conforme ensina Rafael Lorenzo-Fernandes Koatz, “*a liberdade de expressão não é um direito absoluto, nem ilimitado, Nenhum direito fundamental o é. Como diria o Justice Oliver Wendell Holmes, a liberdade de expressão não protege alguém que grite ‘fogo’ falsamente no interior de um teatro lotado. Assim, em caso de conflito, ela poderá, eventualmente, ceder lugar em favor de outros bens e valores constitucionalmente protegidos*” (As liberdades de expressão e de imprensa na jurisprudência do Supremo tribunal federal, in: Direitos Fundamentais no Supremo tribunal Federal. Lumen Juris, 2011, p. 401).

7 ALEXY, Robert. Derechos Fundamentales y Estado Constitucional Democrático. In: CARBONELL, Miguel (Org.). *Neoconstitucionalismo(s)*. Madrid: Editorial Trotta, 2003, p. 276.

8 Que se contrapõem às restrições intrínsecas, que são limites imanentes ao próprio direito.

9 A Suprema Corte, aliás, já teve a oportunidade de decidir que as exceções ao sigilo constitucional podem ser previstas em norma infraconstitucional: CONSTITUCIONAL. SIGILO BANCÁRIO: QUEBRA. ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO. CF, ART. 5º, X.I. Se é certo que o sigilo bancário, que é espécie de direito à privacidade, que a Constituição protege - art. 5º, X - não é um direito absoluto, que deve ceder diante do interesse público, do interesse social e do interesse da Justiça, certo é, também, que ele há de ceder na forma e com observância de procedimento estabelecido em lei e com o respeito ao princípio da razoabilidade. No caso, a questão foi posta, pela recorrente, sob o ponto de vista puramente constitucional, certo, entretanto, que a disposição constitucional é garantidora do direito, estando as exceções na norma infraconstitucional. II. RE não conhecido. (STF, RE nº219.780-55/PE, Relator Min. Carlos Velloso, D. J. 10.09.1999).

ção de outro¹⁰. E, em quaisquer dessas hipóteses, a restrição deve ser preservar o chamado “núcleo essencial” do direito fundamental e observar o princípio da proporcionalidade (ou seja, não ser excessiva ao fim pretendido) – naquilo que Canotilho chama de “*terceira instância do procedimento de restrição de direitos*”¹¹.

No caso concreto ora sob exame, em que se examina a constitucionalidade, ou não, do repasse direto de dados sigilosos ao MP e à Polícia, todas as condições para que tal restrição seja legítima estão presentes.

Em primeiro lugar, vale lembrar que a Constituição Federal **não** submeteu eventuais restrições ao sigilo de dados fiscais e bancários à chamada cláusula de reserva de jurisdição – que impõe que determinados atos restritivos de direitos fundamentais apenas sejam praticados mediante prévia autorização judicial. Tal cláusula, por sua vez, somente incide quando expressamente previstas na Constituição, conforme, aliás, bem salientado pelo Pleno do STF no julgamento do MS 23452/RJ¹².

Em segundo lugar, o repasse, por órgãos de fiscalização e controle, de dados sigilosos ao MP e à Polícia, sem intermediação do Poder Judiciário, está previsto em **legislação infraconstitucional**, além de estar respaldado em regramentos internacionais de observância interna obrigatória e detalhado em normas infralegais.

No caso do COAF, esse repasse se funda mais diretamente no **art. 15 da Lei n.^º 9.613/1998**. Já no caso da RFB, o repasse está previsto no **art. 83 da Lei n.^º 9/430/1996**. Tais dispositivos integram, respectivamente, os microssistemas jurídicos antilavagem e anticrimes tributários, conforme será visto com mais minúcia em tópico próprio desta peça.

Por fim, tal arcabouço normativo, ao permitir ao MP e à Polícia acesso direito a dados sigilosos detidos pelos órgãos de fiscalização e controle, como o COAF e a RFB, o faz sem supri-

10 Referindo-se diretamente à classificação de Canotilho, essas restrições podem ser divididas em: restrições diretamente constitucionais, restrições indiretamente constitucionais (reserva de lei restritiva) e restrições não expressamente autorizadas pela Constituição (CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003, p. 450).

11 CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003, p. 451.

12 POSTULADO CONSTITUCIONAL DA RESERVA DE JURISDIÇÃO: UM TEMA AINDA PENDENTE DE DEFINIÇÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. O postulado da reserva constitucional de jurisdição importa em submeter, à esfera única de decisão dos magistrados, a prática de determinados atos cuja realização, por efeito de explícita determinação constante do próprio texto da Carta Política, somente pode emanar do juiz, e não de terceiros, inclusive daqueles a quem se haja eventualmente atribuído o exercício de “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”(...).

mir o núcleo essencial dos direitos aos sigilos de dados fiscais e bancários e em atenção ao princípio da proporcionalidade.

É que tais órgãos de persecução penal não têm acesso à integralidade dos dados fiscais e bancários dos contribuintes, mas, apenas, àqueles dados específicos cujo repasse se faça necessário a atingir os fins legais, no caso, a possibilitar que o Estado atue na prevenção e repressão de ilícitos penais. Com isso, tal legislação restringe apenas uma parte do direito ao sigilo de dados do contribuinte, justamente aquela parte referente a dados que consistem em indícios da prática de crimes. **Todo o restante do sigilo continua preservado, inclusive em face dos órgãos de persecução penal.**

A seguir, passa-se a discorrer com mais detalhes sobre os microssistemas jurídicos anti-lavagem e antissonegação fiscal vigentes do país. Com isso, espera-se demonstrar que ambos devem ser mantidos nos moldes em que atualmente operam.

3.2 O microssistema jurídico antilavagem

3.2.1 A tríplice função da UIF de receber, analisar e disseminar informações financeiras que contenham indícios da prática de crimes relacionados à lavagem de capitais

a) Comunicações, à UIF, de operações suspeitas por parte das instituições financeiras

Unidades de inteligência financeira, a exemplo da UIF brasileira, ocupam espaço central no **microssistema**, existente em qualquer país, de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa. Compete exatamente a esses órgãos o exercício das atividades nucleares do microssistema, a saber, o **recebimento** de comunicações sobre operações suspeitas, a **análise** tática e operacional desse material e a **disseminação** dos resultados desse trabalho para as autoridades encarregadas da persecução criminal.

No caso do Brasil, os indícios de lavagem de dinheiro ou outros crimes relacionados são fornecidos à UIF **geralmente** – mas nem sempre, como se verá – pelos chamados “**setores obrigados**”, elencados no art. 9º da Lei n.º 9.613/1998, entre os quais se incluem as instituições financeiras.

Assim, nos termos do art. 11, II, alíneas *a* e *b*, da Lei n.º 9.613/1998, as instituições

financeiras e demais pessoas indicadas pela Lei devem comunicar à UIF¹³: **a)** operações em espécie realizadas por seus clientes acima de determinado valor estabelecido em norma¹⁴ (comunicação de operação em espécie – COE); **b)** quando os entes dos setores obrigados percebem indícios de lavagem de dinheiro, de financiamento do terrorismo ou de outros ilícitos em transações de seus clientes (comunicação de operações suspeitas – COS). As transações suspeitas assim se definem segundo critérios emanados da lei e de regulamentos aplicáveis¹⁵.

O **primeiro** tipo de comunicação relata operações individuais sem a necessidade de maiores detalhamentos além do valor da operação, a identificação do titular da conta, a pessoa que efetuou a operação e o proprietário do dinheiro e os dados cadastrais bancários (como conta, agência, banco e cidade).

Já o **segundo** tipo de comunicação é mais detalhada. É que, no curso do constante monitoramento que as entidades obrigadas (bancos, por exemplo) devem fazer das transações realizadas por seus clientes (com base nas políticas conhecidas como “*know your client*” e “*due diligence*”), elas podem se deparar com operações **suspeitas**, assim identificadas de acordo com as partes envolvidas, os valores, a frequência, as formas de realização, os “*instrumentos utilizados ou a falta de fundamento econômico ou legal*”¹⁶. São essas operações que devem ser comunicadas ao COAF pelas pessoas obrigadas, em comunicação que deverá contar com todas as informações necessárias a demonstrar a situação de suspeita.

É importante ressaltar que essas comunicações pelos setores obrigados não fornecem extratos completos de transações financeiras de um determinado cliente, fornecendo, diversamente, dados bancários apenas das transações, contrapartes ou situações que foram consideradas atípicas ou suspeitas, isto é, que apresentam indícios de envolverem recursos provenientes de atividades ilícitas.

Uma vez recebidas tais comunicações dos chamados setores obrigados, a UIF as analisa e, se for o caso, agraga-lhes valor, consolidando todos os dados no Relatório de Inteligência Fiscal

13 Veja-se que a LC 105, em seu art.1º, §3º, IV, não considera quebra de sigilo bancário “*a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa*”, o que reforça a legitimidade do repasse de dados bancários pelas instituições financeiras ao COAF, nos casos previstos no art. 11 da Lei n. 9613.

14 No caso dos bancos, tais valores estão previstos na Carta Circular n.º 3.361 do BACEN.

15 No caso de comunicantes supervisionados pelo BACEN, por exemplo, o fundamento da comunicação deve ser um dos 106 enquadramentos previstos na Carta Circular n.º 3.542.

16 Como exemplificado na Carta Circular n.º 3.542 do BACEN.

(RIF).

O repasse de informações financeiras da UIF para o MP e Polícia, por meio do RIF, encontra-se **mais diretamente** previsto no art. 15 da Lei n.º 9.613/1998, segundo o qual “*o COAF comunicará às autoridades competentes para a instauração dos procedimentos cabíveis, quando concluir pela existência de crimes previstos nesta Lei, de fundados indícios de sua prática, ou de qualquer outro ilícito*”.

As “*autoridades competentes*” para receber os RIFs são aquelas responsáveis por proceder à investigação dos ilícitos detectados, podendo ser o MP, a Polícia, a RFB e autoridades de UIFs estrangeiras.

Por fim, o art. 1º, § 3º, IV, da LC n.º 105/2001¹⁷ expressamente estabelece não configurar quebra de sigilo o compartilhamento de dados bancários com as autoridades competentes quando se estiver diante da possível prática de ilícito penal.

b) Comunicações, à UIF, de operações suspeitas por parte do MP

A segunda origem de informações recebidas pela UIF consiste no **intercâmbio com autoridades competentes**, entre elas o MP e a Polícia, prevista no art. 14, § 2º, da Lei n.º 9.613/1998 e art. 9º, XI, do Decreto n.º 9.663/2019.

Para desempenhar essa competência, a UIF criou o Sistema Eletrônico de Intercâmbio (SEI-C), ambiente digital seguro em que as autoridades competentes podem comunicar informações sobre investigações em curso. No SEI-C, autoridades como membros do Ministério Público, policiais e juízes registram dados sobre pessoas investigadas, sobre ilícitos e *modus operandi* por elas realizados.

Ao receber as Comunicações das Autoridades Competentes, o sistema do COAF (SISCOAOF) imediatamente verifica se existem em sua **base de dados preexistentes** informações acerca das pessoas investigadas. Cumpre destacar que a análise neste momento realizada **toma como base as comunicações de operações financeiras já existentes na base de dados da UIF**,

¹⁷ Art. 1º As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados. [...] § 3º Não constitui violação do dever de sigilo:

IV – a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de **informações sobre operações** que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa.

que passaram pelos procedimentos de prevenção a lavagem de dinheiro implementados pelos entes obrigados e foram selecionados por sua atipicidade ou por critério de comunicação automática **antes que qualquer intercâmbio tivesse chegado** por meio do SEI-C. É dizer: não há nenhuma “requisição de RIF” por parte do Ministério Público ou autoridade policial.

Em seguida, a UIF verifica se o procedimento de investigação informado pela autoridade é válido e se foi descrito o *modus operandi* criminoso investigado. Essas informações recebidas, quando confrontadas com o conjunto de informações já possuídas pela UIF, podem se revelar significativas para identificação de fundados indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro e de outros ilícitos.

Concluída a análise, será elaborado o RIF, tendo muito provavelmente entre seus destinatários a própria autoridade originariamente comunicante.

Em que pese o jargão se referir a esse modelo como RIF a pedido, não se trata, absolutamente, de um RIF por encomenda. **Segue sendo uma atuação desempenhada *ex officio*.**

3.3 O microssistema jurídico antissonegação fiscal vigente no país

Umas das funções das unidades que integram a Receita Federal do Brasil consiste em fiscalizar contribuintes inadimplentes e os que omitem seus patrimônios ou rendimentos com a finalidade de pagar menos, ou não pagar, tributos de natureza federal.

Um dos instrumentos legais existentes para que a RFB possa, num primeiro momento, detectar indícios de crime tributário, em especial de sonegação fiscal, está previsto no art. 5º, *caput* da LC n.º 105/2001, o qual, combinado com o seu § 2º, determina que as instituições financeiras periodicamente enviem à RFB informes contendo apenas identificação do contribuinte e os montantes globais mensalmente movimentados. Esses informes são encaminhados à RFB por meio da Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira (DIMOF), atualmente chamada de *e-financeira*.

Ao receber, por meio da *e-financeira*, tais dados bancários, a RFB realiza o seu cruzamento com as informações constantes da declaração de imposto de renda dos contribuintes. A partir desse cruzamento, as autoridades fiscais podem identificar, por exemplo, descompassos entre o montante de recursos movimentado mensalmente e o patrimônio declarado pelo contribuinte,

resultando, nessa hipótese, um **índice de sonegação fiscal**.

Diante de um índice de ilícito fiscal, o agente tributário instaura procedimento administrativo fiscal voltado a investigá-lo mais a fundo e, assim, ter elementos mais concretos que possam confirmar ou descartar a sua existência. Para tanto, o art. 5º, § 4º, da LC n.º 105/2001, autoriza o agente fiscal a requisitar, diretamente à instituição financeira, “*as informações e os documentos de que necessitar, bem como realizar fiscalização ou auditoria para a adequada apuração dos fato*”, em relação ao contribuinte específico sobre o qual recaia o índice da prática do crime.

Nessa atividade de fiscalização, os agentes fiscais podem examinar “*documentos, livros documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras*”, desde que haja “*processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente*”, conforme dispõe o art. 6º da LC n.º 105/2001.

Registre-se que os artigos 5º e 6º – os quais permitem, de uma forma gradual, o acesso de dados bancários por parte da RFB – foram declarados constitucionais pelo STF no julgamento das ADIs n.º 2.386 2.390 2.397 e 2.859¹⁸.

Somente após prévia intimação do sujeito passivo é que o agente fiscal poderá obter acesso aos dados bancários do contribuinte objeto da fiscalização, conforme estabelece o art. 42 da Lei n.º 9.430/1996 c/c art. 4º, § 2º, do Decreto n.º 3.724/2001. Ou seja, inexiste risco de a RFB acessar as informações bancárias do cidadão sem o seu conhecimento prévio: isso garante a transparência na atuação do órgão fazendário e permite ao contribuinte ter completa ciência da utilização de seus dados privados pela Administração Pública.

Ademais, a teor do art. 5º, II, c, do Decreto n.º 3.724/2001, somente integrarão o processo administrativo fiscal os dados financeiros que “*interessarem à prova do lançamento de ofício*”. Alinhado a tal exigência, o §2º desse mesmo dispositivo estabelece que “*as informações não utilizadas no processo administrativo fiscal deverão, nos termos de ato da Secretaria da Receita Federal, ser entregues ao sujeito passivo, destruídas ou inutilizadas*”.

Finalmente, quando, como resultado da sua atividade de fiscalização tributária, os agentes da RFB concluírem que **houve a prática de crime fiscal** por parte do contribuinte, eles

18 Julg. 24/2/16, DJe 21/10/16.

devem então elaborar a chamada Representação Fiscal para Fins Penais (RFFP). Esta, por sua vez, deve ser enviada ao Ministério Público Federal, para que este oferte a correspondente denúncia criminal.

O compartilhamento direto da RFFP com o MPF (cuja constitucionalidade se discute nestes autos), encontra sua sede legal mais direta no art. 83 da Lei n.º 9.430, segundo o qual “*a representação fiscal para fins penais relativa aos crimes contra a ordem tributária previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e aos crimes contra a Previdência Social, previstos nos arts. 168-A e 337-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), será encaminhada ao Ministério Público depois de proferida a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário correspondente*”.

Do mesmo modo, no ato que regulamenta esse dispositivo – a Portaria RFB n.º 1.750 – consta, em seu art. 15, a obrigação expressa de encaminhamento direto da RFFP ao Ministério Público Federal¹⁹.

Pontue-se que o art. 198, § 3º, I, do Código Tributário Nacional expressamente estabelece não configurar violação de sigilo de dados o envio de RFFPs ao MPF²⁰.

Por fim, veja-se que em algumas oportunidades, o STF decidiu ser constitucional a transferência de dados fiscais e bancários do Fisco para o Ministério Público, nos termos da legislação acima apontada, para fins de instrução penal. Confira-se, por todos:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. MATÉRIA CRIMINAL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO PELO RELATOR. POSSIBILIDADE. DADOS OBTIDOS PELA RECEITA FEDERAL MEDIANTE INFORMAÇÕES REPASSADAS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. COMPARTILHAMENTO COM MINISTÉRIO PÚBLICO. VALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. O relator pode decidir monocraticamente pedido ou recurso manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário à jurisprudência dominante ou a Súmula desta Corte, nos termos do art. 21, § 1º, do RISTF. 2. A jurisprudência do STF consolidou-se no sentido de que é lícita a utilização de dados obtidos pela Receita Federal, mediante informações repassadas por instituições financeiras, **para fins de persecução penal**. Precedentes. 3. Agravo regimental desprovido. (RE 1108725 AgR, Relator(a): Min. EDSON

19 Art. 15. As representações fiscais para fins penais serão encaminhadas ao órgão do MPF competente para promover a ação penal, mediante ofício do titular da unidade responsável pela formalização da representação, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data: (...).

20 Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

§ 3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:
I – representações fiscais para fins penais;

FACHIN, Segunda Turma, julgado em 19/11/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-252 DIVULG 26-11-2018 PUBLIC 27-11-2018)

3.4 O equilíbrio entre meios e fins observado pelos microssistemas antilavagem e antissonegação brasileiros

A análise do arcabouço normativo que integra os microssistemas antilavagem e antissonegação vigentes no país permite que se conclua que eles se voltam, **em primeira análise**, a permitir uma atuação mais integrada, rápida e eficaz dos órgãos do Estado responsáveis pela investigação, detecção e punição dos mencionados crimes, e, **em última análise**, a ofertar as condições necessárias a que Estado brasileiro se desincumba do seu dever de prevenir e reprimir atividades criminosas.

Assim, todos os elementos que integram esses microssistemas, inclusive a possibilidade de acesso direto, pelo MP e pela Polícia, de dados fiscais e bancários, cumprem a função de alcançar tais finalidades.

Justamente por isso, **por um lado**, os órgãos de fiscalização e controle devem repassar aos órgãos de persecução penal **todos os dados fiscais e bancários** necessários a demonstrar a suspeita da prática de crimes de lavagem (ou a ele relacionado) e tributário. Menos do que isso equivaleria a esvaziar a utilidade do envio de dados ao MP e à Polícia, pois estes dados não se prestariam a fornecer o necessário à persecução do ilícito.

Por outro lado, os órgãos de fiscalização e controle **não podem repassar** aos órgãos de persecução penal dados fiscais e bancários outros, que não tenham relação com a suspeita da prática de crimes de lavagem (ou a ele relacionado) e tributário. Nessa linha, veja-se que **não são enviados extratos bancários completos ao MP e à Polícia**, em conjunto com os RIFs e RFFPs. Caso o façam, o COAF e a RFFP extrapolariam a finalidade perseguida pelo microssistema lhes permite.

É dessa congruência entre **meios** (repasse direto de informações sigilosas ao MP e à Polícia) e **fins** (prevenção e repressão de crimes) que exsurge, com o selo de aprovação dos princípios da proporcionalidade e da proteção ao núcleo do direito fundamental ao sigilo de dados, a legitimidade dos microssistemas antilavagem e antissonegação vigentes no país.

3.5 ANÁLISE DA DECISÃO PROFERIDA NESTES AUTOS EM 15.7.2019 PELO MINISTRO RELATOR

Conforme antes relatado, a decisão proferida pelo Ministro Dias Toffoli nestes autos em 15.7.2019 estabeleceu, em suma, o seguinte:

a) o repasse de dados bancários ou fiscais ao Ministério Público por órgãos de fiscalização e controle, **quando não precedido de autorização judicial**, deve observar as balizas objetivas estabelecidas no julgamento, pelo STF, das ADIs n.º 2.386, 2.390 2.397 e 2.859, ou seja, deve se limitar à identificação dos titulares das operações e dos montantes globais mensalmente movimentados. Nessa hipótese, os RIFs e RFFPs devem ser **genéricos**.

b) o repasse de dados bancários ou fiscais ao Ministério Público por órgãos de fiscalização e controle, **quando for precedido de autorização judicial**, pode conter informações mais detalhadas, que vão além da mera identificação dos titulares das operações e dos montantes globais mensalmente movimentados. Nessa hipótese, os RIFs e RFFPs podem ser **detalhados**, tal qual é feito atualmente, nos termos das leis e tratados internacionais de regência.

Ocorre que a disciplina proposta pelo Ministro Dias Toffoli em sua decisão vai de encontro à própria lógica subjacente aos microssistemas antilavagem e antissonegação fiscal, **voltada** a permitir que os diversos órgãos do Estado possam atuar em conjunto, de modo célere e eficaz, e, acima de tudo, sem amarras desnecessárias, na investigação, detecção e punição dos ilícitos penais protegidos por tais microssistemas – os quais, aliás, integram uma verdadeira engrenagem internacional.

Essa lógica fica comprometida **quer** se exija autorização judicial para que **RIFS e RFFPs detalhados** sejam enviados aos órgãos de persecução, **quer** apenas se admita o envio direto a esses órgãos de **RIFS e RFFPs genéricos**.

É que as características que imprimem a condição de verdadeiros **microssistemas especiais e específicos** ao conjunto de normas que regulam a investigação, detecção e punição dos crimes de lavagem de capitais e tributários são, justamente, **(i)** o intercâmbio rápido e célere de informações entre os órgãos estatais que desempenham essas funções e **(ii)** a circunstância de essas informações serem aptas a municiar os órgãos de persecução de indícios da prática criminosa.

Retirada uma dessas características, retira-se a coerência, a unidade e a lógica desses microssistemas, tornando-os um emaranhado de normas que pouco se comunicam e que dificilmente possibilitam uma atuação mais eficaz do Estado no combate a tais crimes.

Passa-se a discorrer com mais minúcia sobre cada uma das facetas da disciplina proposta pelo Ministro Dias Toffoli em sua decisão.

3.5.1 Sobre a proposta de que os RIFs e RFFPs sejam genéricos

a) Os precedentes formados no julgamento das ADIs n.º 2.386, 2.390 2.397 e 2.859

Uma das facetas da disciplina proposta pelo Ministro Dias Toffoli, em sua decisão, preconiza que o repasse de dados bancários ou fiscais ao Ministério Público por órgãos de fiscalização e controle, quando não precedido de autorização judicial, deve observar as **balizas objetivas** estabelecidas no julgamento, pelo STF, das ADIs n.º 2.386, 2.390 2.397 e 2.859, ou seja, deve se limitar à identificação dos titulares das operações e dos montantes globais mensalmente movimentados. Nessa hipótese, os RIFs e RFFPs devem ser genéricos.

Tais “balizas objetivas” seguem a literalidade do § 2º, art. 5º da LC n.º 105/2001, e foram reafirmadas no voto vencedor do julgamento das ADIS. Confira-se:

Em seguida, pode-se observar o desenvolvimento paulatino da atuação fiscalizatória, que se inicia com meios menos gravosos ao contribuinte: é que a **natureza das informações acessadas pelo Fisco na forma do art. 5º da lei complementar** é, inicialmente, bastante restrita, limitando-se, conforme dispõe o seu § 2º, à **identificação dos “titulares das operações e dos montantes globais mensalmente movimentados, sendo vedada a inclusão de qualquer elemento que permita identificar sua origem ou a natureza dos gastos a partir deles efetuados”**. (voto do Ministro Dias Toffoli)

Ocorre que, enquanto o objeto da controvérsia constitucional posta nestes autos (após a sua ampliação) dirige-se à transferência de dados fiscais ou bancários por órgãos de fiscalização e controle (como o COAF e a RFB) ao Ministério Público sem prévia autorização judicial, **o objeto das ADIs usadas como paradigmas** pela decisão acima referida voltava-se a disciplinar situação completamente diversa: **a transferência de dados bancários por Instituições Financeiras à Administração Tributária sem prévia autorização judicial**.

Ali – no acórdão paradigma – não se tratou, em momento algum das suas 164 páginas – da transferência de dados fiscais e ou bancários por órgãos de fiscalização e controle (como o

COAF e a RFB) ao Ministério Público sem prévia autorização judicial, e muito menos das “balizas objetivas” para que tal transferência ocorra. Esse simplesmente não era o objeto das ADIs n.^o 2.386, 2.390 2.397 e 2.859.

Com efeito, as referidas ADIs, no que interessa ao caso destes autos, trouxeram à baila discussão em torno na constitucionalidade, ou não, do art. 5º, *caput* da LC n.^o 105/2001, o qual, expressa e claramente, aplica-se apenas às situações em que instituições financeiras transferem dados bancários à Administração Tributária. Confira-se a sua redação:

Art. 5º O Poder Executivo disciplinará, inclusive quanto à periodicidade e aos limites de valor, os critérios segundo os quais as **instituições financeiras** informarão à **administração tributária** da União, as operações financeiras efetuadas pelos usuários de seus serviços.

§ 1º Consideram-se operações financeiras, para os efeitos deste artigo:

(...).

§ 2º As informações transferidas na forma do *caput* deste artigo restringir-se-ão a informes relacionados com a identificação dos titulares das operações e os montantes globais mensalmente movimentados, vedada a inserção de qualquer elemento que permita identificar a sua origem ou a natureza dos gastos a partir deles efetuados.

(...).

Trata-se de dispositivo que, em suma, possibilita que o Fisco tenha acesso periódico ao fluxo de dados bancários para que, com isso, possa identificar **indícios** de crimes tributários.

A transferência de dados financeiros à Receita Federal, prevista no art. 5º da LC n.^o 105, dá-se através da Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira (DIMOF), de apresentação obrigatória pelas instituições financeiras. Com isso, o Fisco pode cruzar tais informações com os dados fornecidos anualmente pelas próprias pessoas físicas e jurídicas via declaração anual de imposto de renda.

A partir desse cruzamento, o Fisco possui mais um instrumento para detectar eventual indício de **sonegação fiscal** por parte de um determinado contribuinte.

Para que melhor se visualize de que modo a transferência de dados prevista no art. 5º, *caput* e § 2º, da LC n.^o 105/2001 possibilita a detecção de sonegação fiscal, vale citar o seguinte exemplo: se um contribuinte declara em sua declaração anual de imposto de renda rendimentos no valor de 100 mil reais, mas, em contrapartida, a DIMOF fornecida pelos bancos demonstra que esse mesmo contribuinte movimenta em suas contas bancárias, mensalmente, 5 milhões de reais, haverá, nessa situação, movimentação bancária incompatível com a renda declarada.

Com isso, o Fisco possui um indício no sentido de que há **omissão de rendimentos** por parte desse contribuinte, o que deverá ser confirmado mediante a realização de fiscalização aprofundada posterior, a qual, por sua vez, é regulada pelo art. 6º da LC n.º 2001.

Assim, o compartilhamento de informações financeiras entre instituições financeiras e o Fisco de que trata o art. 5º, *caput* e § 2º, da LC n.º 105 tem por finalidade específica fornecer à Administração Tributária mais um mecanismo que facilite a detecção de indícios sonegação fiscal, ou seja, de omissão de rendas.

Foi **precisamente** à luz dessa lógica que o legislador, no § 2º do art. 5º da LC n.º 105, estabeleceu o que pode ser transferido ao Fisco pelas instituições financeiras: apenas informes relacionados com a identificação dos titulares das operações e os montantes globais mensalmente movimentados – vedada a inserção de qualquer elemento que permita identificar a sua origem ou a natureza dos gastos a partir deles efetuados.

É que, como a finalidade do compartilhamento periódico e obrigatório de informações financeiras entre instituições financeiras e Fisco previsto no art. 5º, *caput* e § 2º, consiste em facilitar a detecção de indícios de sonegação fiscal, para que tal finalidade se concretize é **suficiente** que o Fisco tenha acesso a informações relacionadas à identificação dos titulares das operações e os montantes **globais** mensalmente movimentados, pouco importando mais detalhes sobre os valores movimentados. Veja-se que, como dito anteriormente, é justamente ao cruzar o montante global mensalmente movimentado por um dado contribuinte com os rendimentos por ele informados em sua declaração de imposto de renda que a Receita Federal obtém indícios de sonegação fiscal.

Daí se explica por que nenhuma outra informação financeira a respeito do contribuinte precisa ser repassada periodicamente à Administração Tributária pelas instituições financeiras para que o fim último do art. 5º, *caput* e § 2º, da LC n.º 105 seja alcançado. E exatamente essa lógica está refletida nas restrições previstas, as quais, como visto, foram repisadas no acórdão oriundo do julgamento das ADIs n.º 2.386, 2.390, 2.397 e 2.859, usadas – indevidamente, com a devida vênia – como paradigma pela decisão embargada pela PGR.

Por outro lado, as transferências, pelo COAF e pela RFB, de dados sigilosos para o MP e a Polícia não estão previstas e disciplinadas no art. 5º da LC n.º 105, tampouco em qualquer outro dispositivo impugnado nas ADIs n.º 2.386, 2.390, 2.397 e 2.859. A sede legal de tais transfe-

rências é, no caso da UIF, o art. 15 da Lei n.º 9.613/1998, e, no caso da RFB, o art. 83 da Lei n.º 9.430.

b) A inutilidade de RIFs genéricos

Diversamente do que ocorre com a transferência de informações de que trata o já citado art. 5º, *caput* e § 2º, da LC n.º 105, a transferência de dados das instituições financeiras (e demais setores obrigados) para o COAF e deste para o MP e Polícia tem por **finalidade específica** fornecer a esses órgãos de persecução indícios da prática do crime de lavagem de dinheiro – indícios esses que deverão, em seguida, ser investigados e aprofundados em procedimentos próprios.

E, para que essa finalidade possa ser alcançada, o COAF deverá fornecer aos órgãos de persecução, por meio do RIF, **todas as informações necessárias para demonstrar a presença dos indícios da lavagem de dinheiro**, e, com isso, possibilitar a investigação de tal ilícito. É, aliás, o que se extrai do art. 15 da Lei n.º 9.613/1998.

Nessa linha, dados bancários mais detalhados como o resumo dos principais créditos e débitos na conta bancária, com a identificação das contrapartes relevantes, a explicação das características da movimentação financeira e das informações obtidas por meio de medidas de “conheça seu cliente” que corroboram a **suspeita** verificada devem necessariamente constar do RIF, sob pena de toda **lógica subjacente ao sistema de prevenção e repressão à lavagem de capitais e ao terrorismo cair por terra**.

Trata-se um sistema antilavagem existente há décadas no país e que foi cuidadosamente desenhado e aprimorado à luz de normas, recomendações e práticas internacionais relativas ao tema – as quais serão abordadas mais à frente.

Justamente por isso é que não há como aplicar, à transferência de dados bancários do COAF ao MP e à Polícia (e, num momento anterior, das instituições financeiras ao COAF), prevista no art. 15 da Lei 9.613/1998, as “**balizas objetivas**” aplicáveis à transferência de dados bancários por Instituições Financeiras à Administração Tributária, previstas no § 2º do art. 5º da LC n.º 105 e repisadas no julgamento das ADIs n. 2.386, 2.390, 2.397 e 2.859, tal qual se pretende na decisão proferida pelo Ministro Dias Toffoli.

Repita-se: para que a finalidade da transferência de dados prevista no art. 15 da Lei 9.613/1998 e nos demais diplomas normativos seja alcançada (servir de instrumento de combate à

lavagem de dinheiro), o repasse, do COAF ao Ministério Público, **apenas** de informes relacionados com a identificação dos titulares das operações e os montantes globais mensalmente movimentados **simplesmente não possui serventia** (embora possua na lógica própria do art. 5º, § 2º, da LC n.º 105/2001, que se volta a disciplinar o repasse de dados dos bancos para a RFB).

Para ilustrar a imprestabilidade de dados contendo apenas “*montantes globais mensais*” para fins de aferição e identificação de lavagem de dinheiro, tome-se como exemplo uma das tipologias de lavagem mais emblemáticas, que é o chamado fracionamento, estruturação ou *smurfing*. Por meio dessa técnica, promove-se o fracionamento de valores, como forma de inibir o acionamento da *red flag* específica, relativa à realização e operação em determinado valor e que, por si só, gera o dever de comunicação pelos agentes econômicos²¹. **Esse método, aliás, embasou a identificação da lavagem de capitais no caso do Mensalão.**

Imagine-se então a tentativa de ocultação/dissimulação do montante de 100 mil reais por meio do fracionamento em vários depósitos não identificados de 4 mil reais, realizados ao longo de duas semanas. Sob a perspectiva da apuração de uma infração tributária, é indiferente se o acréscimo de renda decorrente dos 100 mil reais ocorreu por meio de uma única transferência ou de inúmeros depósitos – o fato relevante é o acréscimo patrimonial não declarado daquele montante (o que pode ser facilmente aferível via dados contendo apenas os *montantes globais mensais*). Já sob o ponto de vista da lavagem de dinheiro, é crucial o detalhe de que ocorreram diversos depósitos fracionados ao longo de duas semanas, de sorte que a mera informação sobre “*montantes globais mensais*” seria inócuia para fins de identificação da prática de lavagem de dinheiro.

A engrenagem antilavagem existente no país, para funcionar, depende diretamente da possibilidade de o COAF municiar os órgãos de persecução de todos os dados financeiros necessários a demonstrar a presença dos indícios da lavagem de dinheiro e a possibilitar a atuação do referido órgão na investigação e persecução do ilícito. **Menos do que isso levará à inefetividade dessa engrenagem e, assim, ao enfraquecimento do combate à lavagem de capitais.**

²¹ OLIVEIRA, Marcelo Ribeiro. Smurfing ou transações estruturadas – tipologia de lavagem de dinheiro, seu tratamento jurisprudencial e a possibilidade de tipificação penal autônoma. *Crimes fiscais, delitos econômicos e financeiros*. Disponível também em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/CCR2/publicacoes>>

c) A inutilidade de RFFPs genéricos

Diversamente do que ocorre com a transferência de informações de que trata o já citado art. 5º, *caput* e § 2º, da LC n.º 105, a transferência de dados fiscais e bancários da RFB para o MPF, por intermédio da RFFP, tem por **finalidade** municiar o órgão ministerial de indícios da prática de crime tributário por parte de um dado contribuinte. É, aliás, o que se extrai do art. 83 da Lei n.º 9.430.

Para que essa finalidade possa ser alcançada, a RFFP deverá conter **todas as informações necessárias a provar o crime tributário**, e, com isso, possibilitar a sua persecução pelo MPF. Por óbvio, a comprovação da prática de crimes tributários não resta atendida mediante a elaboração de RFFPs genéricos, limitados a trazer a identificação dos titulares das operações e dos montantes globais mensalmente movimentados.

3.5.2 Sobre a proposta de que os RIFs e RFFPs detalhados somente sejam enviados ao MP após decisão judicial.

Como visto, uma das facetas da disciplina proposta pelo Ministro Dias Toffoli, na decisão que proferiu nestes autos em 15.7.2001, preconiza que o envio de RIFs e RFFPs **mais detalhados** ao MP e à Polícia **deve depender de prévia autorização judicial**, sob pena de violação aos direitos fundamentais à privacidade e à intimidade, previstos na Constituição.

Diversas razões militam contra esse entendimento.

Em primeiro lugar, como visto mais acima, eventuais restrições ao sigilo de dados fiscais e bancários das pessoas não se submetem à cláusula de reserva de jurisdição. Isso significa que, para que um órgão como o MP possa ter acesso a informações bancárias e fiscais, não é necessária prévia autorização judicial, bastando que esse acesso seja disciplinado por Lei e que ele não ofenda o núcleo essencial do direito fundamental e, tampouco, seja desproporcional. Tais requisitos, como visto, encontram-se presentes no caso do repasse de dados sigilosos ao MP e à Polícia previstos no art. 15 da Lei n.º 9.613 (COAF) e no art. 83 da Lei n.º 9.430 (RFB), conforme se demonstrou ao longo desta peça.

Ao lado dessas razões teóricas, razões de **ordem pragmática** também indicam ser desfuncional se exigir prévia autorização judicial para que RIFs e RFFPs sejam remetidos ao MP e à

Polícia.

Segundo o próprio COAF, apenas em 2018 lhe foram encaminhadas 414.911 comunicações de operações suspeitas, em que os entes obrigados perceberam indícios de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, contendo explicações das suspeitas identificadas. Somando-se a elas as 2.720.584 comunicações de operações em espécie, tem-se um total de 3.135.495 comunicações feitas ao COAF em apenas um ano. **Dividindo-se tal montante pelo número de dias úteis em 2018 (252), chega-se à proporção de 12.442 comunicações recebidas diariamente pelo COAF.** Ainda que se leve em consideração apenas as operações suspeitas, foram 1.646 comunicações diárias no ano passado.

A magnitude desses dados já demonstra, de per si, a absoluta disfuncionalidade que poderá ser criada caso mantidos os termos da proposta constante da decisão do Ministro Relator. O mesmo raciocínio se aplica no caso das RFFPs expedidas pela RFB.

É que, caso seja necessária a apresentação de requerimento e consequente decisão judicial para que o Ministério Público (ou a Polícia) tenha acesso detalhado a cada uma dessas comunicações diárias – muitas delas, ressalte-se, que não resultarão em qualquer interesse investigativo posterior –, nitidamente haverá o congestionamento de varas criminais, ofícios do Ministério Público e delegacias de Polícia, sobretudo aqueles com competência sobre delitos de lavagem de dinheiro e correlatos.

Em tempos em que se discute, de um lado, mecanismos para desafogar o Judiciário e, de outro, métodos de incrementar a eficácia alocativa de recursos pelo Ministério Público e a Polícia, a fim de concentrar a sua atuação no combate à criminalidade organizada, **revele-se contraditória a criação de mais uma etapa procedural, não prevista em lei, de duvidoso benefício ao cidadão.**

Isso inevitavelmente alongará o tempo das investigações e, muitas das vezes, até comprometer seu resultado útil, pois, em delitos relacionados à lavagem de dinheiro, a **celeridade** é imprescindível para a recuperação dos valores angariados ilegalmente. Diversos normativos internacionais (abordados mais adiante), assim como o § 2º do art. 14 da Lei 9.613, deixam claro que as Unidades de Inteligência Financeira como a UIF brasileira devem dispor de mecanismos de cooperação e de troca de informações que viabilizem **ações rápidas e eficientes** no combate à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores.

Com efeito, a necessidade de intercâmbio direto de informações entre UIF e órgãos de investigação não é mero capricho. Além de estar de acordo com o sistema legal antilavagem brasileiro e internacional, ele garante celeridade nas investigações, permitindo uma resposta rápida do Estado frente à macrocriminalidade.

Por outro lado, não obstante ter buscado proteger a intimidade do cidadão, o novo procedimento de intercâmbio de informações imposto pela decisão proferida pelo Ministro Dias Toffoli, se acolhido, **acabará por estimular o surgimento de processos investigativos contra pessoas sobre as quais, a princípio, não recai qualquer interesse investigativo. Explica-se.**

Conforme já descrito ao longo desta manifestação, há duas espécies de comunicações transmitidas ao COAF pelos setores obrigados elencados no art. 9º da Lei 9.613/98: as comunicações de operações suspeitas e as comunicações de operações em espécie. Aquelas primeiras são encaminhadas ao COAF quando os entes dos setores obrigados percebem indícios de lavagem de dinheiro em transações de seus clientes. Aqui, portanto, já se vislumbra, de antemão, suspeita de irregularidade nas operações comunicadas.

Já no segundo caso (comunicação de operações em espécie), os dados repassados pelas instituições obrigadas não indicam, por si só, o cometimento de atos ilícitos.

Tome-se como exemplo a obrigatoriedade de se comunicar saques e depósitos em montante igual ou superior a 50 mil reais (Carta Circular Bacen nº 3.461/2009). Embora a realização de operações financeiras desse tipo seja relativamente corriqueira e não caracterize irregularidade, a legislação determina às instituições bancárias o envio dessas informações ao COAF, dada a possibilidade de, se acaso corroboradas por outros elementos, poderem revelar a prática de lavagem de capitais.

De conseqüente, ao serem comunicadas ao COAF, essas operações financeiras – absolutamente lícitas, frise-se – podem constar num Relatório de Inteligência Financeira e ser encaminhadas aos órgãos de investigação, notadamente a Polícia e o Ministério Público.

E aqui reside o problema decorrente do novo *modus operandi* exigido pela decisão em comento: caso o COAF apenas possa fornecer ao MP e à Polícia informações genéricas, sem um detalhamento mínimo, sobre as operações a ele comunicadas, isso obrigará estas instituições a requererem em juízo a quebra de sigilo de pessoas que não praticaram qualquer conduta suspeita ou indicativa de lavagem de dinheiro. Somente assim é que o MP e a Polícia

poderão conhecer o efetivo conteúdo do relatório de inteligência e as transações nele inseridas e, assim, decidir quais as providências que devem ser adotadas, seja o início de um procedimento investigativo, seja o seu arquivamento.

No formato adotado até então, o simples fato de alguém ser mencionado num relatório de inteligência financeira (RIF) não induz, por si só, a instauração de uma investigação contra si. Ao revés, apenas são adotadas medidas investigativas a partir de RIFs quando efetivamente há indícios robustos da prática de delitos. Consequentemente, o modelo de RIF contendo informações detalhadas e circunstanciadas, nesse caso, milita em favor da proteção do cidadão, pois evita a deflagração de investigações infundadas.

Por sua vez, a decisão em tela, na prática, incentiva a instauração de investigações e a apresentação de requerimentos judiciais de afastamento de sigilo contra pessoas que sequer executaram condutas suspeitas, criando uma etapa procedural extra que terá como único objetivo a obtenção de informações detalhadas oriundas do COAF.

Dito em outras palavras, o novo método de transmissão de informações instituído pela decisão embargada – que permite apenas o fornecimento de dados genéricos dos correntistas ou “*montantes globais mensalmente movimentados*” – compelirá à instauração de apurações contra pessoas sobre as quais não recai qualquer suspeita, fazendo-as constar desnecessariamente como investigadas dentro do sistema judicial criminal. Na contramão dos louváveis fins buscados pela decisão, **isso acarretará um inevitável *strepitus judicii* como efeito colateral do pedido de afastamento do sigilo de pessoas que agiram dentro da legalidade.**

Outra incongruência sistêmica ao se exigir intervenção judicial para recebimento de RIFs decorre do fato de que outros órgãos de controle, que não se confundem com o Ministério Público e Polícia, também se valem das imprescindíveis informações prestadas pelo COAF para subsidiar suas ações. Tanto a Controladoria-Geral quanto a Receita Federal, por exemplo, recebem anualmente centenas de relatórios de inteligência que lastreiam o exercício de suas funções fiscalizatórias.

Ocorre que tais órgãos não possuem capacidade postulatória para apresentar requerimentos ao Poder Judiciário. Caso vingue o entendimento consignado na decisão, ao menos na seara federal, a CGU e a Receita Federal deverão acionar a Advocacia-Geral da União em cada caso para que esta, por sua vez, requeira em juízo autorização para receber relatórios detalhados do

COAF. Apenas em 2018, a Receita Federal recebeu 330 relatórios de inteligência financeira do COAF, de sorte que, somente para permitir o acesso a cada um destes RIFs de forma detalhada, seria necessária a mobilização de dois outros órgãos (Judiciário e AGU) centenas de vezes.

Semelhante dificuldade, aliás, enfrentarão autoridades de Unidades de Inteligência Financeira (UIFs) estrangeiras, as quais deverão formalizar procedimentos de cooperação internacional (naturalmente mais morosos) a fim de obter informações cujo acesso, no âmbito da comunidade internacional, **não está submetido à reserva de jurisdição. Em razão do princípio da reciprocidade, já se pode antever que mesmo entrave será imposto para os requerimentos de informação formalizados pelas autoridades brasileiras**, atravancando ainda mais investigações que apurem delitos transnacionais, como tráfico internacional de drogas, de armas e pornografia infantil.

4. ASPECTOS DE DIREITO INTERNACIONAL

4.1 A cogênciadas as recomendações do GAFI

O Brasil é signatário de diversos tratados internacionais relativos à prevenção e ao combate aos crimes transnacionais, entre os quais a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo.

O País ratificou a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (a Convenção de Viena, promulgada pelo Decreto n.^º 154, de 26 de junho de 1991), a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (a Convenção de Palermo, promulgada pelo Decreto n.^º 5.015, de 12 de março de 2004), a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (a Convenção de Mérida, promulgada pelo Decreto n.^º 5.687 de 31 de janeiro de 2006) e a Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo (Decreto n.^º 5.640, de 26 de Dezembro de 2005).

Além disso, o Brasil é membro das Nações Unidas, tendo a sua Carta sido incorporada à ordem jurídica pátria pelo Decreto n.^º 19.841, de 22 de outubro de 1946.

Entre os principais órgãos componentes da ONU, cita-se o Conselho de Segurança.

Sobre a cogênciadas decisões do Conselho de Segurança (as quais adotam a forma de resoluções), o art. 25 da Carta é claro: “*os Membros das Nações Unidas concordam em aceitar e*

executar as decisões do Conselho de Segurança, de acordo com a presente Carta". Isso significa que o Brasil, na condição de membro das Nações Unidas, é obrigado a observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Segurança com o objetivo de manter a paz e a segurança internacionais.

Desde quando editou sua Resolução n.^o 1.617, de 2005, ocasião em que "strongly urg[ed] all Member States to implement the comprehensive, international standards embodied in the Financial Action Task Force's (FATF) Forty Recommendations on Money Laundering", o Conselho de Segurança da ONU passou a instar seus membros a cumprirem as diretrizes emitidas pelo Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI).

Mais recentemente, nos termos da Resolução n.^o 2.253, adotada em 17 de dezembro de 2015 e incorporada ao ordenamento nacional pelo Decreto n.^o 8.799, de 6 de julho de 2016, o Conselho de Segurança assim se manifestou:

(...)

16. *Insta firmemente todos os Estados Membros a cumprirem os padrões internacionais abrangentes reunidos nas Quarenta Recomendações Revistas sobre Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) (...);*

Assim, em linha com as determinações do Conselho de Segurança da ONU e na condição de membro pleno GAFI, o Brasil assumiu o compromisso de seguir e implementar as Quarenta Recomendações.

Deve ser observado, aliás, que as recomendações do GAFI (26 a 28) eram consideradas como largamente cumpridas pelo Brasil, conforme avaliação realizada em 2010²². **Está agendada nova avaliação do país para o início de 2020.**

4.2 As recomendações do GAFI violadas caso o COAF não possa repassar RIFs detalhados diretamente às autoridades de persecução competentes

É fundamental se compreender os parâmetros mínimos exigidos pela Recomendação do GAFI para o funcionamento das UIFs, por serem seguidos em todos os países que têm se

²² <http://www.fatf-gafi.org/media/fatf/documents/reports/mer/MER%20Brazil%20full.pdf> As críticas endereçadas à época eram justamente a falta de efetividade na produção de documentos de inteligência e a presença de ordens judiciais com fator de morosidade. O ponto positivo aventado, relativo ao grande poder de disseminação pelo COAF foi absolutamente tolhido pelo decisão.

comprometido com o combate à lavagem de ativos e financiamento ao terrorismo. Todo o mundo segue tais padrões mínimos, com exceção dos países listados pelo GAFI nas listas cinzas (*grey list*) e listas negras (*black list*).

A exigência, constante da já referida decisão proferida pelo Ministro Dias Toffoli, de que RIFs detalhados apenas possam ser enviados ao MP e à Polícia mediante prévia decisão judicial contraria, pelo menos, as recomendações **9, 20, 29 e 40** do GAFI.

Resumidamente, a **Recomendação 9** deixa claro que as **leis de sigilo** das instituições financeiras **não devem inibir** a implementação das Recomendações do GAFI.

A **Recomendação 20**, que trata da obrigação das instituições financeiras em comunicar operações suspeitas, e a **Recomendação 29**, que veicula instruções especialmente importantes para o funcionamento regular de uma unidade de inteligência financeira operacionalmente autônoma, dispõem sobre o conteúdo e o tipo de dados contidos em sua tarefa primordial de receber, analisar e, sobretudo, disseminar informações.

Por fim, a **Recomendação 40** estabelece a necessidade de uma **cooperação internacional** ampla, célere e efetiva com relação à lavagem de dinheiro, a crimes antecedentes e ao financiamento ao terrorismo, sempre nos mesmos moldes do é que praticado em âmbito doméstico.

Pela sua importância central ao sistema antilavagem do qual o Brasil faz parte, vale se debruçar um pouco mais sobre os termos da Recomendação 29 do GAFI e sua nota interpretativa.

Segundo a Recomendação n. 29, a UIF deve não só receber e analisar comunicações das instituições financeiras de operações suspeitas, como ainda ser capaz de levantar outras informações relevantes sobre lavagem de dinheiro, crimes antecedentes e financiamento do terrorismo. E, mais do que isso, a UIF deve ter a possibilidade de disseminar os resultados de tal análise para os órgãos de controle e de investigação de lavagem de ativos.

Note-se que a recomendação não fala em disseminar informações brutas e singelas de casos em que possa haver a violação, ou, nos termos em que a decisão antes citada pretende, “identificação e montantes globais”.

Pelo contrário, a Recomendação 29 do GAFI diz que a UIF precisa ter o poder de receber e analisar operações suspeitas, inclusive buscando informações complementares juntas às

instituições financeiras, e deve poder disseminar a análise de tais operações, já com a expertise que possui uma unidade especializada em inteligência financeira.

Ou seja, a análise deve abranger as indicações pela UIF de qual a tipologia de lavagem que pode estar sendo praticada pela operação suspeita, e, para tanto, **não pode se restringir à identificação e montante global das operações suspeitas**, como previsto para as comunicações a outros órgãos realizadas pela Receita Federal, e não pela UIF, de acordo com a LC nº 105/2001.

A fim de se compreender mais profundamente alguns termos usados pela Recomendação 29, tais como “análise” e “disseminação”, é importante recorrer à sua Nota Interpretativa, formulada pelo próprio GAFI para esclarecer detalhes e elucidar eventuais dúvidas na aplicação da recomendação.

Primeiramente, destaque-se a interpretação dada pela nota ao termo “análise”, entre as funções que devem ser desempenhadas pela UIF. A importância de tal conceito é fundamental, na medida em que a Recomendação 29 estabelece como padrão mínimo que a UIF possa realizar a “disseminação do resultado de tais análises”.

A Nota Interpretativa divide em duas espécies as análises que as UIFs devem realizar e disseminar.

Por um lado, há as análises operacionais, em que são usadas “*as informações disponíveis e acessíveis para identificar alvos específicos (por exemplo, pessoas, bens, redes e associações criminosas), para seguir as pistas de atividades ou transações específicas, e para determinar conexões entre tais alvos e possíveis proveitos de crimes, lavagem de dinheiro, crimes antecedentes ou financiamento do terrorismo*”. Por outro lado, há as análises estratégicas que buscam “*identificar tendências e padrões relacionados a lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo*”, em outros termos, tipologias de lavagem.

Ou seja, as análises que a Recomendação 29 aponta que devem ser disseminadas pelas UIFs **são específicas e detalhadas**, levando em conta as pessoas, bens e associações criminosas, bem como as tipologias de lavagem.

Não cabe na lógica do funcionamento das UIFs, portanto, a analogia que a decisão proferida pelo Ministro Dias Toffoli pretende estabelecer, tentando aplicar ao COAF a limitação de “*identificação e montante global*”, que a LC 105/01 impõe à Receita Federal.

Uma UIF deve, pelo contrário, fundamentar por qual razão determinada operação foi considerada suspeita de lavagem de ativos, e, para tanto, apontar as características suspeitas que cercam tal operação.

Passando ao termo “disseminação”, também é ele dissecado pela Nota Interpretativa, sendo ela bastante elucidativa quanto aos parâmetros mínimos internacionais que devem ser seguidos na disseminação dos relatórios das UIFs.

Basicamente, a UIF deve disseminar suas análises de duas maneiras: a disseminação espontânea e a disseminação a pedido.

Ou seja, não só a UIF deve atender a pedidos das autoridades investigativas na disseminação de suas informações e análises, como ainda **pode e deve disseminar espontaneamente** tais análises, a fim de alertar os órgãos de investigação e controle de crimes de lavagem de dinheiro sobre possíveis operações suspeitas.

Se a comunicação é espontânea, por óbvio, ela não pode depender de autorização judicial. Isto por que o que se busca com a disseminação espontânea do relatório da UIF é apenas o alerta aos órgãos investigativos de que determinada operação, por suas características, pode envolver o cometimento do crime de lavagem de ativos.

Essa é exatamente a lógica de funcionamento das UIFs, no mundo todo (exceto nos países listados como *non compliant*).

Elas funcionam como um centro de inteligência que alerta possíveis enquadramentos de operações suspeitas em tipologias de lavagem de ativos, fornecendo sua análise aos órgãos de controle e investigação de tais crimes, a fim de apontar em que sentido tal operação é suspeita.

Caso a autoridade de investigação, por sua vez, entenda que efetivamente há indícios da prática de crime de lavagem de ativos, aprofunda a investigação, inclusive com eventuais pedidos cautelares ao Poder Judiciário de quebra de sigilo bancário e fiscal, para buscar averiguar se houve ou não crime. **É assim que funciona a lógica das UIFs e é assim que se entende, internacionalmente, que as UIFs devem funcionar.**

Dante do exposto, percebe-se que a disseminação, espontânea ou a pedido, das análises detalhadas da UIF deve, portanto, ser o alerta inicial de uma eventual possível investigação.

Submetê-la à autorização judicial é subverter a lógica de funcionamento das UIFs,

descumprir os padrões internacionais de combate da lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e tornar provável a inclusão do Brasil com um país *non compliant* das Recomendações do GAFI, já na avaliação agendada para início de 2020.

4.3 Breve panorama das consequências, para o país, do eventual descumprimento das recomendações do GAFI

Sanções pelo eventual descumprimento das recomendações do GAFI oscilariam entre a inclusão do Brasil em listas de países com deficiências estratégicas (de alto risco ou sob monitoramento), passando pela aplicação de contramedidas impostas pelo sistema financeiro dos demais países, podendo chegar até a **sua exclusão do GAFI e de outros grupos internacionais engajados no combate à lavagem, tais como o G-20, o Fundo Monetário Internacional (por exemplo, o Programa de Avaliação do Setor Financeiro – FSAP), o Banco Mundial, Comitê de Basileia, IOSCO, IAIS etc.**

Como se observa, não há dúvidas de que os efeitos de eventual descumprimento de diretrizes emanadas do GAFI **podem comprometer tanto a reputação internacional do Brasil quanto sua atuação nos principais mercados financeiros globais.**

Como exemplo das consequências mais concretas advindas de um eventual descumprimento, citam-se as seguintes:

- a)** dificuldade de acesso a créditos internacionais para financiamento de projetos de desenvolvimento;
- b)** restrição a instituições financeiras brasileiras em transações internacionais;
- c)** restrições a produtos brasileiros em transações comerciais internacionais pela dificuldade e risco inerentes aos fluxos financeiros;
- d)** redução do *rating* de investimento do Brasil por agências internacionais de classificação de risco;
- e)** dificuldade de pagamentos a exportadores brasileiros em transações comerciais internacionais.

Vê-se que, para além de danos político-diplomáticos, as consequências de impacto imediato são relacionadas a restrições econômico-financeiras ao País.

5. CONCLUSÃO

Em razão do exposto, **manifesta-se o PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA** pelo:

- a)** acolhimento da questão preliminar acima exposta, de modo que o objeto deste RE se atenha ao exame da controvérsia constitucional cuja repercussão geral foi reconhecida pelo Pleno deste STF, a saber, constitucionalidade dos diplomas normativos que preveem o repasse pelo Fisco ao MP, para fins penais e sem intermediação judicial, dos dados bancários e fiscais do contribuinte;
- b)** no caso de rejeição da questão preliminar suscitada, pelo reconhecimento da constitucionalidade dos diplomas normativos que preveem o repasse, por órgãos de fiscalização e controle como o COAF, a RFB, o BACEN e a CVM, sem intermediação judicial e para fins penais, de dados fiscais e bancários aos órgãos de persecução penal.

Brasília, 18 de novembro de 2019.

Augusto Aras
Procurador-Geral da República
Assinado digitalmente